



Porto Saúde

Linha Porto Bairros

Portomed™

O porto seguro para a saúde da sua empresa e do seu bairro.

Plano de saúde para empresas de 3 a 99 vidas com hospitais e laboratórios de referência perto de casa ou do trabalho.



São Paulo

Personalize seu plano com até 3 opções, entre **16 bairros**.

Alphaville, Centro de São Paulo, Centro de Osasco, Centro de Santo André, São Caetano do Sul, Ipiranga, Itaquera, Lapa, Moema, Morumbi, Paulista, Pirituba, Pompeia, Santana, Tatuapé e Vila Maria.



Rio de Janeiro

Personalize seu plano com até 4 opções, entre **12 bairros**.

Humaitá, Centro Rio, Bangu, Campo Grande, Santa Cruz, Tijuca, Barra da Tijuca, Niterói, São Gonçalo, Petrópolis, Teresópolis e Ilha do Governador.

A partir de
R\$ 116 /mês*

ANS - nº 00058-2 ANS - nº 41749-1

Fale com seu Corretor e contrate agora.

*Preço referente a 1 vida no plano de saúde com 30% de copar (sem IOF), no plano Portomed Moema Copar Q, porte 3 a 29 vidas, de 0 a 18 anos (malha K154). Válido até 28/02/2026.



Porto Saúde Participações S.A.

CNPJ/MF nº 46.573.272/0001-81

Sede: Avenida Rio Branco, 1.475 – Edifício Guaianazes – 8º andar – Sala 1 – Campos Elíseos – CEP: 01205-001 – São Paulo – SP



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores acionistas e demais interessados,
Submetemos à vossa apreciação o Relatório de Administração da Porto Saúde Participações S.A. e as correspondentes demonstrações financeiras juntamente com o Relatório do Auditor Independente, referente ao exercício de 31 de dezembro de 2025.

NOSSO DESEMPENHO

No ano de 2025, a Companhia obteve resultados consistentes, com crescimento relevante de prêmios, número de beneficiários e lucro.

A Companhia apresentou crescimento em seu faturamento em comparação ao ano de 2024, impulsionado pelo aumento de vidas, eficiência operacional e ajustes de preços no seguro saúde comercializado pela controlada Porto Saúde. O desempenho observado é fruto da continuidade do trabalho de ativação de corretores para venda do produto de seguro saúde, de investimentos em tecnologia, do fortalecimento do ecossistema (Time Médico Porto), da manutenção das taxas de renovação, além de uma maior exposição da marca.

Beneficiários

No quarto trimestre de 2025, atingimos 831 mil vidas em saúde, um aumento de 156 mil em relação ao mesmo período de 2024.

Já no seguro Odonto, alcançamos 1,184 milhões de vidas, crescendo 189 mil em comparação a 2024 e 47 mil em relação ao 3T25.

Destaca-se ainda o fortalecimento dos produtos regionais e microrregionais, com a expansão do produto PRO para o ABCDM (Grande São Paulo) e Vale do Paraíba (Interior de São Paulo), além do lançamento do Porto Bairros no Rio de Janeiro. Também implementamos uma nova linha de produtos para o segmento Empresarial, acompanhada de reposicionamento comercial e ajustes de precificação.

Receitas

As receitas seguem com crescimento expressivo, atingindo R\$ 8,5 bilhões no ano, sendo o seguro saúde o principal responsável.

Resultado

Vendas novas bem precificadas, combate a fraudes, resultado e fortalecimento das novas famílias de produtos e avanço na verticalização virtual (Time Médico Porto Saúde e Parcerias), continuam sendo principais contribuidores para uma forte performance.

RESPONSABILIDADE SOCIAL E AMBIENTAL

Ambiental, social e governança (ASG) nos negócios

Nova Estratégia de Sustentabilidade: Regenera

Lançamos a Regenera, a nova estratégia de sustentabilidade do Grupo Porto, marcando o início de um novo capítulo em nossa trajetória. A estratégia está estruturada em quatro pilares e contempla metas públicas e de longo prazo, com horizonte até 2030.

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025									
(Em milhares de reais)									
Ativo	Nota Explicativa	Controladora		Consolidado		Passivo e Patrimônio líquido	Nota Explicativa	Controladora	
		Dezembro de 2025	Dezembro de 2024	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024			Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
Circulante		8.792	84.065	2.022.496	1.189.160	Circulante		28.921	84.221
Caixa e equivalentes de caixa	8	19	60	400.668	299.627	Passivos do contrato de seguros	18	–	–
Aplicações financeiras						Impostos e			
Aplicações financeiras mensuradas ao valor justo por meio do resultado	9.1	4.799	–	961.468	729.411	contribuições a recolher	12.2	28.921	–
Aplicações financeiras mensuradas ao custo amortizado	9.2	3.869	–	258.637	–	Dividendos a pagar	20	–	83.937
Recebíveis de prestação de serviços ...	10	–	–	17.760	16.532	Outros passivos			284
Impostos e contribuições a recuperar	12.1	–	–	143.866	13.124	Não circulante			278.801
Custos de aquisição diferidos	11	–	–	5.074	4.996	Provisões judiciais	19	–	264.012
Outros ativos	13	105	84.005	235.023	125.470	Outros passivos	20	–	14.789
Não circulante		2.362.134	1.754.856	2.427.263	2.128.197	Patrimônio líquido		2.342.005	1.754.700
Realizável a longo prazo						Capital social	21 (a)	1.750.814	1.409.557
Aplicações financeiras						Reservas de lucros	21 (b)	592.875	342.740
Aplicações financeiras mensuradas ao custo amortizado	9.2	20.445	–	655.310	674.321	Outros resultados abrangentes		(1.684)	2.403
Imposto de renda e contribuição social diferidos	12.3	–	–	153.582	157.914				
Ativos de contratos de seguros	18	–	–	699.169	450.230				
Custos de aquisição diferidos	11	–	–	5.127	10.259				
Depósitos judiciais	14	31	–	244.958	227.340				
Outros ativos	13	–	28	1.338	616				
Investimentos									
Participações em controladas	15.1	2.341.658	1.754.828	–	–				
Participações em coligadas	15.3	–	–	35.331	–				
Imobilizado	16	–	–	528.311	515.316				
Intangível	17	–	–	104.137	92.201				
Total do Ativo		2.370.926	1.838.921	4.449.759	3.317.357				

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 (Em milhares de reais)					
	Nota explicativa	Capital social	Reservas de lucros	Outros resultados abrangentes	Lucros acumulados
Saldo em 31 de dezembro de 2023		1.176.557	67.307	(2.562)	1.241.302
Aumento de capital		233.000	–	–	233.000
Reconhecimento pagamento em ações - controladas		–	15.014	–	15.014
Ações alienadas - controladas		–	(9.061)	–	(9.061)
Resultado financeiro líquido de contratos de seguro - controladas (resultado abrangente)		–	–	4.250	4.250
Ganhos e perdas atuariais - controladas (resultado abrangente)		–	–	715	715
Lucro líquido do exercício		–	–	–	353.417
Destinações:					
Reserva legal		–	17.671	–	(17.671)
Reservas estatutárias		–	251.809	–	(251.809)
Dividendos mínimos obrigatórios		–	–	–	(83.937)
Saldo em 31 de dezembro de 2024		1.409.557	342.740	2.403	1.754.700
Dividendos intermediários - exercícios anteriores		–	(41.562)	–	(41.562)
JCP anos anteriores	21. (c)	–	(149.883)	–	(149.883)
Aumento de capital	21. (a)	341.257	–	–	341.257
Reconhecimento pagamento em ações - controladas	21. (d)	–	21.393	–	21.393
Ações alienadas - controladas	21. (d)	–	(16.931)	–	(16.931)
Resultado financeiro líquido de contratos de seguro - controladas (resultado abrangente)		–	–	(2.703)	(2.703)
Ganhos e perdas atuariais - controladas (resultado abrangente)		–	–	(1.384)	(1.384)
Lucro líquido do exercício		–	–	–	666.306
Destinações:					
Reserva legal	21. (b) (i)	–	33.315	–	(33.315)
Reservas estatutárias	21. (b) (ii)	–	403.803	–	(403.803)
JCP Intercalares (0,12)	21. (c)	–	–	–	(149.824)
Dividendos mínimos obrigatórios (0,06)	21. (c)	–	–	–	(79.364)
Saldo em 31 de dezembro de 2025		1.750.814	592.875	(1.684)	2.342.005

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

setembro de 2025. A perspectiva de continuidade do crescimento norte-americano baseia-se em condições financeiras mais expansivas, estímulos fiscais e na redução da incerteza comercial. Além disso, a postura do “FED” (Federal Reserve) e dos candidatos para sucessão de Jerome Powell sugere maior tolerância inflacionária.

Somado à percepção de maior ingerência do governo sobre a economia e o Banco Central, isto contribuiu para manutenção da tendência de depreciação do dólar global.

No Brasil, observa-se a continuidade da desaceleração da atividade econômica, reflexo da política monetária restritiva, embora partindo de patamares elevados. O mercado de trabalho segue resiliente, impulsionando o crescimento real da massa de renda.

Para o início de 2026, projetamos sustentação do consumo, favorecida pelo aumento da renda disponível decorrente da reforma do Imposto de Renda e do reajuste real do salário mínimo. A estimativa de crescimento do PIB para o ano de 2026 é de 1,5%.

A desinflação de 2025 foi ancorada no recuo dos preços de alimentos e na forte apreciação cambial (~12%). A inflação de serviços, mais sensível ao ciclo econômico, segue elevada e sustenta nossa projeção de IPCA para 3,8% em 2026.

A dinâmica fiscal permanece como o principal fator de risco à estabilidade macroeconômica doméstica. Apesar do crescimento da arrecadação, o déficit primário persiste e pressiona a dívida bruta. Somado às incertezas do ciclo eleitoral de 2026, as expectativas de inflação seguem desancoradas da meta de 3%.

Consequentemente, o espaço para flexibilização monetária é limitado: esperamos o início do ciclo de cortes da Selic apenas em março, encerrando o ano em 12%.

Os principais riscos monitorados à frente são: (i) aceleração da inflação norte-americana impulsionada pela atividade aquecida; (ii) escalada de conflitos geopolíticos com impacto relevante sobre crescimento econômico global; (iii) Deterioração adicional da dinâmica e expectativa fiscal brasileira.

AGRADECIMENTOS

Registramos, mais uma vez, nossos agradecimentos aos corretores e clientes pelo apoio e pela confiança demonstrados e aos funcionários e colaboradores pela contínua dedicação. Aproveitamos também para agradecer às autoridades ligadas às nossas atividades.

São Paulo, 28 de janeiro de 2026

A Administração

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO					
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025					
(Em milhares de reais, exceto para informações sobre resultado por ação)					
	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		Dezembro de 2025	Dezembro de 2024	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
Receitas					
Receita de contrato de seguro	22	–	–	8.202.759	6.398.196
Receita de prestação de serviços	23	–	–	142.829	133.967
Outras receitas operacionais		–	–	89.651	76.031
Equivalência patrimonial	15	693.019	353.702	7.926	–
Total das receitas		693.019	353.702	8.443.165	6.608.194
Despesas					
Despesa de contrato de seguro	22	–	–	(6.901.357)	(5.485.963)
Custos de aquisição - outros		–	–	(755)	(1.467)
Despesas administrativas	24	(904)	(285)	(617.790)	(466.020)
Despesas com tributos	25	(25.822)	–	(149.227)	(72.435)
Custo dos serviços prestados	26	–	–	(53.033)	(45.088)
Outras despesas operacionais	27	–	–	(91.769)	(86.517)
Total das despesas		(26.726)	(285)	(7.813.931)	(6.157.490)
Lucro operacional antes do resultado financeiro		666.293	353.417	629.234	450.704
Receitas financeiras	28	13	–	329.773	151.079
Despesas financeiras	29	–	–	(26.182)	(18.381)
Lucro operacional		666.306	353.417	932.825	583.402
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		666.306	353.417	932.825	583.402
Imposto de renda e contribuição social	12.4	–	–	(266.519)	(229.985)
Corrente		–	–	(241.301)	(225.591)
Diferido		–	–	(25.218)	(4.394)
Lucro líquido do exercício		666.306	353.417	666.306	353.417
Atribuível a:					
- Acionistas da Companhia		666.306	353.417	666.306	353.417
Resultado por ação:					
- Básico e diluído	32	0,5187	0,3165	0,5187	0,3165

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE				
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025				
(Em milhares de reais)				
	Controladora		Consolidado	
	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
Lucro líquido do exercício	666.306	353.417	666.306	353.417
Outros resultados abrangentes	(4.087)	4.965	(4.087)	4.965
Itens que serão reclassificados subsequentemente para o resultado do exercício:				
Resultado financeiro líquido de contratos de seguro - controladas	(1.384)	4.250	(1.384)	4.250
Ganhos e perdas atuariais - controladas	(2.703)	715	(2.703)	715
Total dos resultados abrangentes para o exercício, líquido de efeitos tributários	662.219	358.382	662.219	358.382
Atribuível a:				
- Acionistas da Companhia	662.219	358.382	662.219	358.382

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Porto Saúde Participações S.A.

CNPJ/MF nº 46.573.272/0001-81

Sede: Avenida Rio Branco, 1.475 – Edifício Guaianazes – 8º andar – Sala 1 – Campos Elíseos – CEP: 01205-001 – São Paulo – SP



→ continuação

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
Caixa líquido atividades operacionais	(30.420)	(42.462)	302.611	10.059
Caixa gerado/(consumido) nas operações	(26.713)	(285)	702.273	366.436
Lucro líquido do exercício	666.306	353.417	666.306	353.417
Depreciações	–	–	9.058	9.122
Amortizações	–	–	4.429	4.429
Equivalência patrimonial	(693.019)	(353.702)	(7.926)	–
Provisões judiciais	–	–	30.406	(532)
Variações nos ativos e passivos	(3.707)	(42.177)	(29.028)	(157.675)
Aplicações financeiras mensuradas ao valor justo por meio do resultado	(4.799)	–	(232.057)	(63.656)
Aplicações financeiras mensuradas ao custo amortizado	(24.314)	–	(239.626)	(427.095)
Ativos de contratos de seguros	–	–	(248.939)	(327.281)
Receíveis de prestação de serviços	–	–	(1.228)	2.296
Impostos e contribuições a recuperar	–	–	(130.742)	(101)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	–	–	4.332	(10.561)
Custos de aquisição diferidos	–	–	5.054	2.871
Depósitos judiciais	–	–	–	(17.618)
Outros ativos	83.928	(84.033)	(110.275)	(57.990)
Passivo do contrato de seguro	–	–	350.129	518.185
Impostos e contribuições a recolher	28.921	–	464.911	241.641
Provisões judiciais	–	–	(14.708)	(1.541)
Outros passivos	(87.412)	41.856	141.739	(23.030)
Outros	–	–	(370.634)	(198.702)
Outros resultados abrangentes	–	–	(4.087)	4.965
Imposto de renda e contribuição social pagos	–	–	(366.547)	(203.667)
Caixa líquido atividades de investimento	193.531	(232.940)	(38.418)	(11.321)
Alienação de imobilizado	–	–	3.384	6.025
Aquisição de imobilizado	–	–	(25.437)	–
Aquisição de intangível	–	–	(16.365)	(17.346)
Dividendos e JCP recebidos	282.117	7.630	–	–
Aumento/redução de capital em controladas	(88.586)	(240.570)	–	–
Caixa líquido atividades de financiamento	(163.152)	275.433	(163.152)	275.433
Aumento de capital	116.750	275.433	116.750	275.433
Dividendos e JCP pagos	(279.902)	–	(279.902)	–
Aumento/(redução) de caixa e equivalentes de caixa	(41)	31	101.041	274.171
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	60	29	299.627	25.456
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	19	60	400.668	299.627

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
Receitas	–	–	8.360.933	6.547.291
Receita de contrato de seguro	–	–	8.202.759	6.398.196
Receita de prestação de serviços	–	–	154.408	144.766
Outras	–	–	3.766	4.329
Receita operacional	–	–	8.360.933	6.547.291
Despesas de seguros	–	–	(6.901.357)	(5.485.963)
Insunsumos adquiridos de terceiros	(903)	(285)	(357.069)	(297.710)
Materiais, energia e outros	–	(1)	(222.716)	(168.600)
Custos dos produtos e dos serviços (prestados/vendidos)	–	–	(53.033)	(45.088)
Serviços de terceiros e comissões	(903)	(284)	(87.048)	(92.001)
Recuperação de valores ativos	–	–	5.728	7.979
Valor adicionado bruto	(903)	(285)	1.102.507	763.618
Depreciação e amortização	–	–	(13.487)	(13.551)
Valor adicionado líquido produzido	(903)	(285)	1.089.020	750.067
Valor adicionado recebido/cedido em transferência	693.032	353.702	311.893	132.971
Resultado financeiro	13	–	303.967	132.971
Equivalência patrimonial	693.019	353.702	7.926	–
Valor adicionado total a distribuir	692.129	353.417	1.400.913	883.038
Distribuição do valor adicionado	692.129	353.417	1.400.913	883.038
Pessoal	–	–	262.581	187.655
Remuneração direta	–	–	115.986	92.511
Benefícios	–	–	139.407	88.437
F.G.T.S.	–	–	7.188	6.707
Impostos, taxas e contribuições	25.823	–	466.830	337.888
Federais	25.823	–	462.028	334.053
Municipais	–	–	4.802	3.835
Remuneração de capitais de terceiros	–	–	5.196	4.078
Juros	–	–	97	89
Aluguéis	–	–	5.099	3.989
Remuneração de capitais próprios	666.306	353.417	666.306	353.417
Dividendos e JCP	206.714	83.937	206.714	83.937
Lucros retidos do exercício	459.592	269.480	459.592	269.480

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Porto Saúde Participações S.A. (“Controladora” ou “Companhia:”) é uma companhia aberta, mas sem ações em circulação no mercado, com sede na Avenida Rio Branco, 1.475 - 8º andar sala 1, Campos Elíseos, São Paulo - SP, Brasil. A Companhia tem por objeto a participação em outras sociedades ou entidades e a compra e venda de participações societárias em sociedades e entidades que desenvolvam atividades no mercado de saúde e/ou atividades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar, no Brasil e no exterior.

A Porto Saúde Participações S.A. integra o Grupo Porto que divide sua atuação em cinco verticais: Seguros, Saúde, Financeira, Serviços e Outros Negócios. Inserida na vertical de saúde, a Companhia é uma controlada direta da Porto Seguro S.A., companhia com ações negociadas no segmento do Novo Mercado da B3, sob o código PSSA3.

Em 16 de agosto de 2024, a Comissão de Valores Mobiliários - CVM, deferiu o pedido de registro da Companhia como emissora de valores mobiliários na categoria “A”.

A Companhia possui as seguintes participações:

	Dezembro de 2025		Dezembro de 2024	
	Participação	Participação	Participação	Participação
	Consolidação	Direta Indireta	Consolidação	Direta Indireta
Porto Saúde				
Operações	Integral	100,0 –	Integral	100,0 –
Porto Saúde	Integral	– 100,0	Integral	– 100,0
Portomed	Integral	– 100,0	Integral	– 100,0
Porto Odonto	Integral	– 100,0	Integral	– 100,0
Porto Saúde				
Serviços	Integral	100,0 –	Integral	100,0 –
Serviços Médicos	Integral	– 100,0	Integral	– 100,0
Porto Seguro Saúde				
Ocupacional	Integral	– 100,0	Integral	– 100,0
Onkos Oncologia e Participações				
Ltda. (*)	Equiv. Patrimonial	– 40,0	–	–

(*) Vide nota explicativa nº 1.1.

As características das empresas estão demonstradas abaixo:

- Porto Saúde - Operações de Saúde S.A. (“Porto Saúde Operações”), sub-holding da vertical saúde, controladora de empresas do Grupo Porto reguladas pela ANS.
- Porto Seguro - Seguro Saúde S.A. (“Porto Saúde”), opera seguro de saúde.
- Portomed - Porto Seguro Serviços de Saúde Ltda. (“Portomed”), opera planos privados de assistência à saúde.
- Porto Seguro Serviços Odontológicos Ltda. (“Porto Odonto”), operará planos privados de assistência odontológica.
- Porto Saúde Serviços S.A. (“Porto Saúde Serviços”), sub-holding da vertical saúde, controladora de empresas do grupo não reguladas no mercado de saúde.
- Porto Seguro Serviços Médicos Ltda. (“Serviços Médicos”), presta serviços de assessoria administrativa para médicos e operadoras de saúde.
- Porto Seguro Saúde Ocupacional e Segurança do Trabalho Ltda. (“Porto Seguro Saúde Ocupacional”), presta serviços de consultoria e assessoria em saúde ocupacional, segurança do trabalho, ergonomia e serviços ambulatoriais.
- Onkos Oncologia e Participações Ltda. (“Onkos Oncologia”), tem por atividade (i) prestação de consultoria em serviços médicos oncológicos ambulatoriais relacionados à oncologia clínica, (ii) serviços de consultoria na área de gestão e orientação de procedimentos médicos, a participação em outras sociedades, na qualidade de controladora ou minoritária, ou ainda a título de participação em sociedade em conta de participação.

1.1 EVENTO RELEVANTE DO EXERCÍCIO

O grupo Porto, do qual a Companhia faz parte, está em processo de reorganização interna, em especial para finalizar a estruturação de suas verticais, de forma a possibilitar a melhor e mais eficiente alocação interna de suas atividades, ativo e pessoal.

Em 30 de setembro de 2025 foi realizada a cisão parcial da Porto Serviços e Comércio, relacionado ao investimento na coligada Onkos Oncologia, com versão de parte do acervo patrimonial cindido para a Porto Saúde Serviços. A cisão parcial está inserida e faz parte da reorganização societária do grupo Porto.

O acervo cindido implicou em uma redução de capital, mediante cancelamento de ações, no montante de R\$ 44.796 na Porto Serviços e Comércio, e em um aumento de capital no mesmo montante na Porto Saúde Serviços, mediante emissão de ações.

Esse movimento também refletiu em um aumento de capital na Companhia, no mesmo montante de R\$ 44.796, para transferência das ações emitidas na Porto Saúde Serviços em titularidade da Porto S.A., vide nota explicativa nº 21 (a).

O acervo recebido pela Porto Saúde Serviços, de R\$ 44.796, está dividido entre: (a) R\$ 27.405 alocado em investimento com coligada Onkos Oncologia, conforme demonstrado na nota explicativa nº 15.3; (b) R\$ 17.392 alocado em outros ativos, que diz respeito ao preço variável da operação realizada com a Oncoclínicas conforme acordo de investimento assinado em dezembro de 2022, e passado os direitos a esse recebimento para a Porto Saúde Serviços, através desta cisão, conforme demonstrado na nota explicativa nº 13.

2. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 BASE DE PREPARAÇÃO

As informações individuais e consolidadas da Companhia foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro: “International Financial Reporting Standards” (IFRS) emitidas pelo “International Accounting Standards Board” (IASB), em observância às disposições da Lei das Sociedades Anônimas e da Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Todas as informações relevantes próprias das informações trimestrais, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na gestão da Companhia. Desta forma, estas informações trimestrais apresentam de forma apropriada a posição financeira e patrimonial, o desempenho e os fluxos de caixa. Essas demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas para publicação pelo Conselho de Administração em 28 de janeiro de 2026.

2.2 CONTINUIDADE

A Companhia não vislumbra, em cenários de médio e longo prazos, riscos à continuidade de seus negócios, uma vez que, entre outros motivos: (i) opera em mercados em expansão no país, principalmente o de seguros, onde há grandes potenciais de aumento de sua participação no PIB brasileiro, quando comparado com padrões estrangeiros; (ii) investe em tecnologias e processos para proporcionar um crescimento sustentável de suas operações; (iii) busca a diversificação de produtos, mercados e regiões, ampliando sua gama de atuação; e (iv) possui resultados econômico-financeiros passados consistentes e uma sólida condição patrimonial.

2.3 DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO - DVA

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada como parte de suas informações trimestrais individuais (Controladora) e como informação suplementar às informações trimestrais consolidadas, pois não é uma demonstração prevista pela IFRS. A DVA foi preparada seguindo as disposições contidas no CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado.

2.4 CONTROLE E CONSOLIDAÇÃO

(a) CONTROLADAS

Considera-se controlada a sociedade na qual a Controladora, diretamente ou através de outras controladas, é titular de direitos de sócio ou acionistas que lhe assegurem o poder e a capacidade de controle das atividades relevantes das sociedades, afetando, inclusive, seus retornos sobre estas, e quando houver o direito sobre os retornos variáveis das sociedades.

As políticas contábeis das empresas controladas foram harmonizadas, quando necessário, para fins de consolidação, visando eliminar o efeito da adoção de práticas não uniformes entre as empresas e a correção de algumas práticas prescritas pelos órgãos reguladores e consideradas pela Administração em desacordo com as práticas contábeis internacionais.

O processo de consolidação contempla as seguintes eliminações: (i) das participações no patrimônio mantidas entre elas; (ii) dos saldos de contas-correntes e outros ativos e/ou passivos mantidos entre elas; e (iii) dos saldos de receitas e despesas provenientes de operações realizadas entre elas, quando aplicável. Subsequentemente é destacado o valor da participação dos acionistas não controladores destas controladas nas demonstrações financeiras consolidadas.

As controladas são consolidadas a partir da data na qual o controle é transferido e não são mais consolidadas a partir da data em que esse controle deixa de existir.

(b) COLIGADAS

Coligadas são todas as entidades sobre as quais a Companhia tem influência significativa, mas não o controle, geralmente por meio de uma participação societária de 20% a 50% dos direitos de voto.

2.5 APRESENTAÇÃO DE INFORMAÇÃO POR SEGMENTO

A gestão da Companhia monitora o desempenho e aloca recursos com base em uma única linha de operação, no setor de saúde. Portanto, não são apresentadas informações segmentadas nas demonstrações financeiras, pois todos os rendimentos, custos, ativos e passivos estão associados a um único segmento, sendo este de saúde.

A Administração da Companhia acredita que essa abordagem de reporte reflete adequadamente a essência das operações da Companhia, permitindo aos usuários das demonstrações financeiras uma compreensão clara e abrangente de sua performance financeira e posição.

2.6 MOEDA FUNCIONAL E MOEDA DE APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras da Companhia são apresentadas em milhares de reais (R\$), que é sua moeda funcional e mais observada do principal ambiente econômico em que a Companhia opera.

2.7 NORMAS, ALTERAÇÕES E INTERPRETAÇÕES AINDA NÃO ADOTADAS PELA COMPANHIA

2026 - ALTERAÇÕES DA IFRS 9/CPC 48 e IFRS 7/CPC 40

As alterações introduzidas tratam dos seguintes temas:

i - data de reconhecimento e baixa dos instrumentos financeiros e características relevantes na avaliação dos fluxos de caixa dos instrumentos financeiros para classificação e mensuração, inclusão de contratos de eletricidade, bem como permitir a utilização desses contratos em estrutura de hedge.

ii - divulgações relativas aos instrumentos patrimoniais designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e instrumentos financeiros vinculados a eventos contingentes.

Estas alterações são efetivas para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2026, os possíveis impactos estão sendo avaliados, e, se aplicável, serão apresentados na demonstração financeira relativa ao exercício de 2026.

2027 - CPC 51 (IFRS 18) - APRESENTAÇÃO E DIVULGAÇÃO EM DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Substitui a IAS 1 - Apresentação de Demonstrações Financeiras. A IFRS 18 introduz novos subtópicos e três categorias para receitas e despesas (operacionais, de investimento e de financiamento) na estrutura da demonstração de resultados. Também requer que as empresas divulguem explicações sobre as medidas de desempenho definidas pela administração relacionadas à demonstração de resultados. Estas alterações são efetivas para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2027. Os possíveis impactos estão sendo avaliados e, se aplicável, serão apresentados na demonstração financeira relativa ao período de 2027.

LEI COMPLEMENTAR Nº 214/2025

Em 16 de janeiro de 2025, foi publicada a Lei Complementar nº 214, resultante da conversão do PLP nº 68/2024. Esta lei é parte da regulamentação da Emenda Constitucional nº 132, que estabelece a Reforma Tributária sobre o Consumo. Ela institui o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e o Imposto Seletivo (IS), marcando um passo importante na Reforma Tributária do consumo.

Para atendimento o Grupo Porto instituiu o Grupo de Trabalho Multidisciplinar, com reporte direto à Diretoria Executiva, para gerir a transição tributária entre 2026 e 2033. O foco central é assegurar a conformidade regulatória e a eficiência fiscal da operação. A fase inicial de mapeamento de processos em todas as verticais de atuação já foi finalizada.

A definição da estratégia futura depende da clarificação de três pilares:

- Alíquotas: Definição das taxas de referência pelo Senado e entes federativos;
- Regulação Setorial: Instruções específicas do órgão regulador a qual essa entidade se reporta; e
- Operacionalização: Normas da Receita Federal.

A Administração manterá o monitoramento contínuo das publicações do Comitê Gestor do IBS e da Secretaria da Receita Federal para atualizar projeções e ajustar o planejamento estratégico conforme as lacunas regulatórias forem preenchidas.

2026 - CBPS N°s 01 e 02/IFRS S1 e S2

A CVM publicou as Resoluções nºs 217 e 218 em 29 de outubro de 2024 que aprovam os Pronunciamentos Técnicos CBPS nºs 01 e 02 - Requisitos Gerais para Divulgações de Informações Financeiras relacionadas à Sustentabilidade e Divulgações Relacionadas ao Clima, emitido pelo Comitê Brasileiro de Pronunciamentos de Sustentabilidade - CBPS.

Estes pronunciamentos nacionais estabelecem a convergência regulatória do Brasil com os padrões internacionais emitidos pelo International Sustainability Standards Board (ISSB) e as normas IFRS S1 e IFRS S2. A aplicação obrigatória se dará para os exercícios sociais iniciados em 1º de janeiro de 2026. Os possíveis impactos estão sendo avaliados, e, se aplicável, serão apresentados na demonstração financeira relativa ao período de 2026.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis materiais utilizadas na preparação das demonstrações financeiras estão demonstradas a seguir. Essas políticas foram aplicadas consistentemente para todos os exercícios comparativos apresentados. Não houve alterações relevantes nas políticas contábeis no exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

3.1 POLÍTICAS E SEUS JULGAMENTOS CONTÁBEIS - IFRS 17

3.1.1 CONTRATOS DE SEGURO

(a) CLASSIFICAÇÃO

Os contratos sob os quais a Companhia aceita risco de seguro significativo são classificados como contratos de seguro. Os contratos de seguro também expõem a Companhia ao risco financeiro.

Os contratos de seguro podem ser emitidos pela Companhia, ou podem ser adquiridos em uma combinação de negócios ou em uma transferência de contratos que não formam um negócio. Todas as referências nestas políticas contábeis a contratos de seguro incluem contratos emitidos, iniciados ou adquiridos pelo grupo, salvo indicação em contrário.

Além disso, os contratos podem ser classificados como contratos de participação direta ou contratos sem características de participação direta. Os contratos de participação direta são contratos para os quais os termos contratuais especificam que o titular da apólice participa de uma parte de um item claramente identificado em conjunto de itens subjacentes, desta forma a Companhia espera pagar ao segurado um valor igual a uma parte substancial dos retornos de valor justo dos itens subjacentes, bem como uma proporção substancial de qualquer alteração nos valores a serem pagos ao tomador da apólice, que varie com a mudança no valor justo dos itens subjacentes, segundo a IFRS 9/CPC 48 - Instrumentos Financeiros.

(b) SEPARAÇÃO DOS COMPONENTES DOS CONTRATOS DE SEGURO

A Companhia avaliou a separação dos seguintes componentes de um contrato de seguro: derivativos embutidos, componentes de investimentos distintos (nos quais não estão relacionados a prestação dos serviços relacionados ao risco de seguros e que podem ser comercializados separadamente) ou componente de bens ou serviços dentro de um contrato de seguro (definido como qualquer bem ou serviço que seja distinto ou não relacionado a seguro). Atualmente, a Companhia não possui bens, serviços, componentes de investimentos, derivativos embutidos ou combinação de contratos de seguro cuja contabilização de um componente distinto segundo outra norma seja necessária considerando os testes e acessos de separação que levam em conta a utilização de materialidade destes componentes perante a representatividade nos produtos existentes na Companhia.

(c) AGREGAÇÃO E RECONHECIMENTO DE CONTRATO DE SEGURO CONTRATO DE SEGURO

A Companhia agrupa e mensura os contratos de seguro nos quais os grupos são formados por contratos sujeitos a riscos semelhantes e administrados em conjunto e dividindo cada carteira/portfólio em safras anuais (ou seja, por ano de emissão) e cada coorte anual subdividida em três grupos que se separam conforme seu reconhecimento inicial, formando grupos onde há: (i) contratos onerosos no reconhecimento inicial; (ii) contratos que, no reconhecimento inicial, não tenham possibilidade significativa de se tornarem onerosos posteriormente; e (iii) os contratos restantes na coorte anual.

Um contrato de seguro emitido pelo grupo é reconhecido desde o início do seu período de cobertura, quando se vence o primeiro pagamento do tomador do seguro ou, se não houver vencimento contratual na data, quando é recebido do tomador do seguro; e quando fatos e circunstâncias indicarem que o contrato é oneroso.

Destacamos os segmentos de reporte de seguros por empresa onde:

Porto Saúde	Portomed
PAA Saúde	PAA Saúde

(d) FLUXOS DE CAIXA DE AQUISIÇÃO DE SEGUROS

A Companhia aloca seus fluxos de caixa de aquisição de seguros aos grupos de contratos de seguros, utilizando métodos consistentes.

Se os fluxos de caixa de aquisição de seguros são diretamente atribuíveis a um grupo de contratos (por exemplo, comissões não reembolsáveis pagas na emissão de um contrato), então eles são alocados a esse grupo e aos grupos que incluirão renovações desses contratos. As atribuições das renovações aplicam-se apenas a determinados contratos de seguro a termo e de seguro saúde que tenham um período de cobertura de um ano. O grupo espera recuperar parte dos fluxos de caixa de aquisição de seguros relacionados por meio de renovações desses contratos. A alocação para renovações é baseada na forma como o grupo espera recuperar esses fluxos de caixa. A Companhia, apresenta os fluxos de caixa de aquisição de seguros diretamente atribuíveis a uma carteira, mas não a um grupo de contratos, sendo alocados aos grupos da carteira usando um método sistemático e racional. Reconhecendo como ativo quando os fluxos de caixa de aquisição de seguros surgem antes do reconhecimento dos grupos.

Porto Saúde Participações S.A.

CNPJ/MF nº 46.573.272/0001-81

Sede: Avenida Rio Branco, 1.475 – Edifício Guaianazes – 8º andar – Sala 1 – Campos Elíseos – CEP: 01205-001 – São Paulo – SP



➔ continuação NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Companhia revisa os valores alocados aos grupos para refletir quaisquer mudanças nas premissas que determinam as entradas para o método de alocação utilizado.

AVALIAÇÃO DE RECUPERABILIDADE

A Companhia avalia a recuperabilidade dos fluxos de caixa de aquisição de um ativo, se houverem fatos e circunstâncias que os indiquem, reconhecendo uma perda por redução ao valor recuperável no lucro ou prejuízo de modo que o valor contábil do ativo não exceda a entrada líquida de caixa esperada para o grupo relacionado. Caso este ativo estiver relacionado a renovações futuras, reconhece uma perda por redução ao valor recuperável no resultado na medida em que espera que esses fluxos de caixa de aquisição de seguros excedam a entrada líquida de caixa para as renovações esperadas. Se este excesso ainda não tenha sido reconhecido como uma perda por redução ao valor recuperável, a Companhia reverte quaisquer perdas por "impairment" no resultado e aumenta a quantia escriturada do ativo na medida em que as condições de "impairment" tenham melhorado.

(e) LIMITES DO CONTRATO DE SEGURO

A Companhia avalia o segmento de seguros, no qual os fluxos de caixas estão dentro dos limites do contrato se surgirem de direitos e obrigações substantivos que existam durante o período, no qual a Companhia possa obrigar o segurado a pagar prêmios ou tiver uma obrigação substantiva de fornecer serviços (incluindo cobertura de seguro e quaisquer serviços de investimento), na qual inclui a capacidade prática de reavaliar riscos, preços ou benefícios individuais ou em nível de portfólios que refilitem os riscos assumidos. A reavaliação de riscos considera apenas os riscos transferidos dos segurados para o grupo, que podem incluir tanto riscos de seguros quanto financeiros, mas excluem riscos de lapso e despesas.

(f) MENSURAÇÃO APRESENTAÇÃO

As carteiras de contratos de seguro ativos e passivos são apresentadas separadamente no balanço patrimonial. Quaisquer ativos ou passivos reconhecidos por fluxos de caixa surgidos antes do reconhecimento do grupo de contratos relacionados são incluídos no valor contábil das carteiras de contratos relacionadas. A Companhia desagrega os valores reconhecidos na demonstração do resultado e outros resultados abrangentes ("OCI - Other Comprehensive Income"), compreendendo receitas ou despesas financeiras de seguros.

MODIFICAÇÕES E BAIXA

A Companhia deverá baixar contratos de seguro quando, os direitos e obrigações relativos ao contrato são extintos (ou seja, dispensados, cancelados ou expirado) ou o contrato é modificado de forma que se resulte em uma mudança no modelo de mensuração ou o padrão aplicável para medir um componente do contrato, alterando substancialmente o limite do contrato ou exige que o contrato modificado seja incluído em um grupo diferente. Nesses casos, a Companhia reconhece o contrato modificado como um novo contrato. Quando uma modificação não é tratada como baixa, a Companhia reconhece os valores pagos ou recebidos pela modificação com o contrato como um ajuste do passivo relevante para "Liability for Remaining Coverage" - LRC.

COMPONENTES DE PERDA - MODELO SIMPLIFICADO

A Companhia assume que nenhum contrato é oneroso no reconhecimento inicial, a menos que fatos e circunstâncias indiquem o contrário. Se a qualquer momento durante o período de cobertura, os fatos e circunstâncias indicarem que um conjunto de contratos de seguro é oneroso, a Companhia estabelece um componente de perda como o excesso de fluxo de caixa de cumprimento relativos ao passivo de cobertura remanescente do grupo. Dessa forma, ao final do período de cobertura do grupo de contratos, o componente de perda será zero.

CONTRATOS DE SEGURO - ABORDAGEM DE ALOCAÇÃO DE PRÊMIO (PREMIUM ALLOCATION APPROACH - PAA)

A Companhia aplica o modelo PAA para contratos de seguro, pois se tratam de contratos com período de cobertura de um ano ou menos.

A Companhia não aplica o modelo PAA se, no início do grupo de contratos, espera variabilidade significativa nos fluxos de caixa de cumprimento que afetariam a mensuração do LRC durante o período anterior à ocorrência de um sinistro, ou se um contrato indicar onerosidade.

Quando os fatos e circunstâncias indicam que os contratos são onerosos no reconhecimento inicial, a Companhia realiza análises adicionais para determinar se uma saída líquida é esperada do contrato. Esses contratos onerosos são agrupados separadamente de outros contratos e a Companhia reconhece uma perda no resultado pela saída líquida, resultando no valor contábil do passivo do grupo igual aos fluxos de caixa de cumprimento. Um componente de perda é estabelecido pela Companhia para o passivo de LRC para tal grupo oneroso representando as perdas reconhecidas.

MENSURAÇÃO SUBSEQUENTE - ABORDAGEM DE ALOCAÇÃO DE PRÊMIO (PAA)

A Companhia mensura o valor contábil do LRC periodicamente, considerando as entradas de prêmios recebidos no período, menos os fluxos de caixa de aquisição de seguros; mais quaisquer valores relativos à amortização dos fluxos de caixa de aquisição de seguros reconhecidos como despesa no exercício de relatório para o grupo; mais qualquer ajuste ao componente de financiamento, quando aplicável; menos o valor reconhecido como receita de seguro pelos serviços prestados no exercício; menos qualquer componente de investimento pago ou transferido para a LIC. Adicionalmente, a Companhia estima a LIC (Liability for Incurred Claims) como o cumprimento dos fluxos de caixa relacionados aos sinistros ocorridos.

FLUXOS DE CAIXA DE AQUISIÇÃO DE CONTRATOS - ABORDAGEM DE ALOCAÇÃO DE PRÊMIO (PAA)

A Companhia tem seus fluxos de caixa de aquisição de seguros decorrentes dos custos de venda, subscrição e início de um grupo de contratos de seguros (emitidos ou com previsão de emissão) que são diretamente atribuíveis à carteira de contratos de seguros a que o grupo pertence.

A Companhia aplica os fluxos de caixa de aquisição de seguros diretamente atribuíveis a uma carteira de contratos de seguro que não são diretamente atribuíveis a um grupo de contratos. Quando os fluxos de caixa de aquisição de seguros foram pagos ou incorridos antes que o grupo relacionado de contratos de seguro seja reconhecido no balanço patrimonial, um ativo separado para fluxos de caixa de aquisição de seguro é reconhecido para cada grupo relacionado.

RECEITA DE CONTRATOS DE SEGUROS - ABORDAGEM DE ALOCAÇÃO DE PRÊMIOS (PAA)

A Companhia estabelece que a receita de seguro do exercício é o valor dos recebimentos de prêmios esperados (excluindo qualquer componente de investimento) alocado com base na passagem do tempo. Caso o padrão esperado de liberação de risco durante o período de cobertura diferir significativamente da passagem do tempo, então a alocação é feita com base no tempo esperado das despesas de serviço de seguro incorridas.

DESPESAS DE SERVIÇO DE SEGURO

Nas despesas com serviços de contratos de seguros, a Companhia reconhece no resultado geralmente à medida que são incorridas. Excluem amortizações de componentes de investimento e compreendem os seguintes itens; sinistros incorridos e outras despesas de serviços de seguros, amortização de fluxos de caixa de aquisição de seguros; perdas em contratos onerosos e reversões dessas perdas; os ajustes por Passivo por Sinistro Incorrido que não decorram dos efeitos do valor do dinheiro no tempo, risco financeiro e suas variações e perdas por "impairment" em ativos para fluxos de caixa de aquisição de seguros e reversões de tais perdas por "impairment".

RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS DE SEGUROS

A Companhia registra os efeitos do valor do dinheiro no tempo, risco financeiro e suas alterações, no tratamento das receitas e despesas financeiras O valor incluído no resultado é determinado por uma alocação sistemática das receitas ou despesas financeiras totais de seguros esperadas a duração do grupo de contratos.

3.1.2 USO DE ESTIMATIVA E JULGAMENTO

CONTRATOS DE SEGUROS

As estimativas associadas aos contratos de seguros são: (i) de fluxos de caixa futuros da LIC; (ii) estimativa do prêmio de liquidez embutido nas taxas que são utilizadas para desconto financeiro dos fluxos de caixa relacionados; (iii) estimativa do desconto financeiro do componente de ajuste de risco pelo risco não financeiro; e (iv) estimativa do intervalo de confiança do ajuste pelo risco não financeiro.

Existem diversas fontes de incertezas que precisam ser consideradas na estimativa dos passivos que serão liquidados em última instância. São utilizadas todas as fontes de informação internas e externas disponíveis sobre experiência passada e indicadores que possam influenciar as tomadas de decisões da Administração e dos atuarias para a definição de premissas atuariais e da melhor estimativa do valor de liquidação de sinistros para contratos cujo evento segurado já tenha ocorrido assim como as expectativas de sinistros a ocorrer.

Para apurar as taxas de desconto, a Companhia adotou a metodologia "bottom-up", conforme determinado pela norma. Essa metodologia consiste em determinar curvas de juros livres de risco, com um adicional de prêmio de liquidez, tal adicional reflete o custo com possíveis perdas e o custo referente a liquidação dos contratos de forma ágil, visto que as curvas livres de risco possuem alta liquidez, e refletem as características dos fluxos de caixa da Companhia.

A Companhia utilizou as seguintes curvas de rendimento para descontar os fluxos de caixa que não variam com base nos retornos dos itens subjacentes:

Curva	Taxa Anual				
	1 Ano	5 Anos	10 Anos	20 Anos	30 Anos
Prefixada	13,57%	12,90%	13,44%	13,93%	13,88%
IGPM	7,41%	7,92%	7,36%	6,92%	6,77%
IPCA	6,17%	4,71%	4,32%	4,05%	3,95%

O ajuste ao risco não financeiro refere-se ao risco decorrente de contratos de seguros que não sejam riscos financeiros. Deve refletir níveis favoráveis e desfavoráveis de incerteza de perda de acordo com o grau de aversão ao risco da Companhia. Quanto menos se souber sobre a estimativa atual e sua tendência, maior deve ser o ajuste de risco e, na medida em que a experiência emergente reduz a incerteza, o ajuste de risco diminui e vice-versa. Para o cálculo, por portfólio, foi adotada a abordagem estocástica, estimando a distribuição de probabilidade do valor presente esperado dos fluxos de caixa futuro, sendo o ajuste de risco para risco não financeiro o excesso do valor em risco no 70º percentil (nível de confiança alvo).

FLUXOS DE CAIXA DE CUMPRIMENTO

A Companhia utiliza técnicas de modelagem determinística para estimar o valor presente esperado. A modelagem determinística envolve a projeção de fluxos de caixa futuros com base nos dados históricos da empresa e em previsões econômicas.

ESTIMATIVAS DE FLUXOS DE CAIXA FUTUROS

Ao estimar os fluxos de caixa futuros, a Companhia incorpora de forma imparcial informações que incluem dados históricos sobre sinistros e outras experiências, atualizados para refletir as expectativas atuais de eventos futuros.

Os fluxos de caixa dentro do limite de um contrato estão diretamente relacionados ao cumprimento do contrato. Isso inclui pagamentos para (ou em nome de) segurados, fluxos de caixa de aquisição de seguros e outros custos incorridos no cumprimento de contratos.

A Companhia atribui aos seus fluxos de caixa todos as movimentações que impactam diretamente o cumprimento do contrato, apresentando os prêmios líquidos de comissão incluindo prêmios a receber, restituições, despesas administrativas, impostos, custos de aquisição diferidos, despesas com sinistros ocorridos, pagamentos de sinistros ocorridos, sinistros ocorridos pendentes de pagamento, estimativas de sinistros a ocorrer, dentre outras estimativas de entradas e saídas aos quais a Companhia tem obrigação substantiva, com base na probabilidade de ocorrência a partir do histórico da Companhia. Exclui-se retornos de investimentos (que devem ser reconhecidos, mensurados e apresentados separadamente) e fluxos de caixa (pagamentos ou recebimentos) que ocorrem de acordo com os contratos de mantidos, bem como fluxos de caixa que podem ser gerados de contratos de seguro futuros, ou seja, fluxos de caixa fora do limite dos contratos existentes, entre outros.

Os fluxos de caixa são atribuídos a atividades de aquisição, outras atividades de cumprimento e outras atividades em nível de entidade local usando técnicas de custeio baseado em atividades. Os fluxos de caixa atribuíveis à aquisição e outras atividades de cumprimento são alocados aos grupos de contratos por meio de métodos sistemáticos e racionais e aplicados de forma consistente a todos os custos que tenham características semelhantes. A Companhia aloca fluxos de caixa de aquisição de seguros para grupos de contratos com base no total de prêmios de cada grupo, custos de tratamento de sinistros com base no número de sinistros de cada grupo e custos de manutenção e administração com base no número de contratos em vigor dentro de cada grupo de riscos similares gerenciados em conjunto. Outros custos são reconhecidos no resultado à medida que são incorridos.

3.2 DEMAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

3.2.1 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Incluem os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses e com risco insignificante de mudança de valor.

3.2.2 ATIVOS FINANCEIROS

(a) MENSURAÇÃO E CLASSIFICAÇÃO

A Administração da Companhia determina a classificação de seus ativos financeiros no seu reconhecimento inicial de acordo com a definição da IFRS 9/CPC 48 - Instrumentos financeiros que introduziu o conceito de modelo de negócio e avaliação das características dos fluxos de caixa contratuais (SPPJ - somente pagamento de principal e juros). O Modelo de Negócio representa a forma de como a Companhia faz a gestão de seus ativos financeiros e o SPPJ trata da avaliação dos fluxos de caixas gerados pelo instrumento financeiro com o objetivo de verificar se constituem apenas pagamento de principal e juros. De acordo com esses conceitos, os ativos financeiros. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos/constituídos, os quais são classificados nas seguintes categorias:

(i) INSTRUMENTOS FINANCEIROS MENSURADOS A VALOR JUSTO POR MEIO DO RESULTADO

São classificados nesta categoria os ativos financeiros cuja finalidade e estratégia de investimento é manter negociações frequentes. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações do valor justo são registrados imediatamente e apresentados na demonstração do resultado em "Resultado financeiro" no exercício em que ocorre.

(ii) INSTRUMENTOS FINANCEIROS MENSURADOS A VALOR JUSTO POR MEIO DE OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES

São classificados nesta categoria os ativos financeiros que são mantidos tanto para obter fluxos de caixa contratuais, constituídos apenas por pagamento de principal e juros, quanto para a venda. Os juros destes títulos, calculados com o uso do método da taxa efetiva de juros, são reconhecidos na demonstração do resultado em "Resultado financeiro". A variação no valor justo (ganhos ou perdas não realizadas) é lançada contra o patrimônio líquido, na conta "Outros resultados abrangentes/Ajustes de avaliação patrimonial", sendo realizada contra o resultado por ocasião da sua efetiva liquidação ou por perda considerada permanente ("impairment").

(iii) INSTRUMENTOS FINANCEIROS MENSURADOS A CUSTO AMORTIZADO

Utilizado quando os ativos financeiros são administrados para obter fluxos de caixa contratuais, constituídos apenas por pagamento de principal e juros. Incluem-se nesta categoria os recebíveis (títulos e valores mobiliários, prêmios a receber de segurados, operações de crédito, títulos e créditos a receber e recebíveis de prestação de serviços) que são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Esses recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros (quando aplicável), e são avaliados por "impairment" a cada data de balanço. (vide nota explicativa nº 3.2.3).

(b) DETERMINAÇÃO DE VALOR JUSTO DE ATIVOS FINANCEIROS

Os valores justos dos investimentos com cotação pública são registrados com base em preços de negociação. Para os ativos financeiros sem mercado ativo ou cotação pública, a Companhia estabelece o valor justo por meio de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros e a referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, fazendo o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e o mínimo possível de informações geradas pela Administração. O valor justo dos ativos classificados como "Instrumentos financeiros a valor justo por meio do resultado" e "Instrumentos financeiros a valor justo por meio de outros resultados abrangentes" baseia-se na seguinte hierarquia:

- Nível 1: preços cotados e não ajustados, em mercados ativos para ativos idênticos.
- Nível 2: classificado quando se utiliza uma metodologia de fluxo de caixa descontado ou outra metodologia para precificação do ativo com base em dados observáveis em mercado aberto.
- Nível 3: ativo que não seja precificado com base em dados observáveis do mercado e a Companhia utiliza premissas internas para a determinação de seu valor justo.

O valor de mercado dos títulos públicos é embasado no preço unitário de mercado informado pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais - ANBIMA. As cotas de fundos de investimentos são valorizadas com base no valor da cota divulgada pelo administrador do fundo. Os títulos privados são valorizados a mercado por meio da mesma metodologia de precificação adotada pelo administrador dos fundos de investimentos.

Não houve alteração nas classificações dos níveis de ativos financeiros no exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

3.2.3 ANÁLISE DE RECUPERAÇÃO DE ATIVOS ("IMPAIRMENT")

EMPRÉSTIMOS E RECEBÍVEIS (CLIENTES)

A Administração revisa constantemente o valor recuperável de um determinado ativo ou grupo de ativos classificado na categoria de empréstimos ou recebíveis (avaliados ao custo amortizado), com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças que possam indicar deterioração ou perda do valor recuperável. Para a análise de "impairment", a Companhia utiliza fatores observáveis que incluem base histórica de perdas e inadimplência e quebra de contratos (cancelamento das coberturas de risco).

3.2.4 ATIVOS NÃO FINANCEIROS

Os ativos que estão sujeitos à depreciação e amortização, tais como intangíveis com vida útil definida e imobilizados, são revisados para a verificação de "impairment" sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda é reconhecida no montante pelo qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do "impairment" os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente, chamadas de Unidades Geradoras de Caixa (UGCs). As UGCs são determinadas e agrupadas pela Administração com base na distribuição geográfica dos seus negócios e com base nos serviços e produtos oferecidos, nos quais são identificados fluxos de caixa específicos. Os ativos não financeiros que tenham sofrido "impairment" são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do "impairment".

3.2.5 ATIVOS INTANGÍVEIS

(a) "SOFTWARES"

Os gastos com aquisição e implantação de "softwares" e sistemas são reconhecidos como ativos quando há evidências de geração de benefícios econômicos futuros, considerando sua viabilidade econômica. As despesas relacionadas à manutenção de "softwares" são reconhecidas no resultado do exercício quando incorridas.

(b) ÁGIO E INTANGÍVEL COM VIDA ÚTIL INDEFINIDA

O ágio decorrente de combinações de negócios representa o excedente da contraprestação transferida em relação ao valor justo dos ativos líquidos identificáveis adquiridos. Após o reconhecimento inicial, o ágio é mensurado ao custo, deduzido de eventuais perdas acumuladas por redução ao valor recuperável ("impairment"). O ágio possui vida útil indefinida e não está sujeito à amortização, sendo testado anualmente para verificação de "impairment", ou com maior frequência se houver indícios de desvalorização. O teste baseia-se em premissas econômicas e operacionais fundamentadas pela Administração para estimar fluxos de caixa futuros descontados.

(c) INTANGÍVEL COM VIDA ÚTIL DEFINIDA

Os demais ativos intangíveis adquiridos em combinações de negócios são reconhecidos pelo valor justo na data de aquisição. Aqueles com vida útil definida são amortizados pelo método linear durante o período estimado de benefício econômico. A vida útil e os métodos de amortização são revisados anualmente e ajustados prospectivamente, se necessário. As taxas de amortização utilizadas estão divulgadas na nota explicativa nº 17.

3.2.6 ATIVO IMOBILIZADO DE USO PRÓPRIO

Compreendem imóveis, equipamentos, móveis, máquinas e utensílios e veículos utilizados na condução dos negócios da Companhia, através de suas controladas. O imobilizado de uso é demonstrado ao custo histórico, reduzido por depreciação acumulada (exceto para terrenos que não são depreciados). O custo histórico desse ativo compreende gastos diretamente atribuíveis para sua aquisição a fim de que o ativo esteja em condições de uso.

Gastos subsequentes são ativados somente quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com o item do ativo fluirão para a Companhia. Todos os outros gastos de reparo ou manutenção são registrados no resultado conforme incorridos.

A depreciação do ativo imobilizado é efetuada segundo o método linear e conforme o período de vida útil estimada dos ativos. As taxas de depreciação utilizadas estão divulgadas na nota explicativa nº 16.

3.2.7 BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

Benefícios de curto prazo: são reconhecidos pelo valor esperado a ser pago e reconhecidos como despesas à medida que o serviço respectivo é prestado. Os benefícios de curto prazo, tais como planos de saúde, planos de saúde odontológicos, cartão farmácia, vale transporte, vale refeição, vale alimentação, auxílio creche e/ou babá, bolsa de estudos, seguro de vida e estacionamento na matriz, são oferecidos aos funcionários e administradores e reconhecidos no resultado do exercício à medida em que são incorridos.

Obrigações com aposentadorias: determinadas controladas da Companhia os planos administrados pela entidade PortoPrev - Porto Seguro Previdência Complementar, sendo o Plano PORTOPREV da modalidade CV (Contribuição Variável) fechado para novas adesões, e o Plano PORTOPREV II na modalidade CD (Contribuição Definida), aberto para novas adesões.

Benefícios pós emprego: também são oferecidos benefícios pós-emprego de planos de saúde, calculados com base em uma política que atribui uma pontuação para seus funcionários, conforme o período de prestação de serviços.

O passivo para as obrigações com aposentadorias e benefícios pós emprego são calculados por meio de metodologia atuarial específica que leva em consideração taxas de rotatividade de funcionários, taxas de juros para a determinação do custo de serviço corrente e custo de juros. Outros benefícios demissionais, como multa ou provisões ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), também foram calculados e provisionados segundo essa metodologia para os funcionários já aposentados, para os quais esse direito já tenha sido estabelecido.

3.2.8 PROVISÕES JUDICIAIS, DEPÓSITOS JUDICIAIS E ATIVOS CONTINGENTES

As provisões referem-se a parcela deduzida da Corporação e destinada a um fundo que visa assegurar o pagamento de eventuais obrigações decorrentes de ações judiciais de natureza cível, fiscal e trabalhista. Os riscos de demandas são avaliados de forma individualizada pelos analistas da Companhia e as provisões são mensuradas por meio de estimativa considerando a análise de comportamento do histórico de demandas anteriores já finalizadas.

A metodologia de contabilização das provisões segue os princípios estabelecidos no CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. Todos os valores são atualizados mensalmente por diversos índices, de acordo com a natureza da provisão e são revistas periodicamente.

Os tributos, cuja exigibilidade está sendo questionada na esfera judicial, são registrados levando-se em consideração o conceito de "obrigação legal" aplicada a tributos fiscais e previdenciários, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, e, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de êxito, têm seus montantes reconhecidos integralmente e atualizados monetariamente pela taxa SELIC. Os depósitos judiciais são atualizados monetariamente e apresentados no ativo não circulante.

Os ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente, uma vez que pode tratar-se de resultado que nunca venha a ser realizado. No entanto, se for praticamente certo o ganho desse ativo, ele deixa de ser um ativo contingente e é reconhecido contabilmente. Se for provável que esse ativo contingente gere benefícios econômicos futuros, este é divulgado em nota explicativa.

3.2.9 CAPITAL SOCIAL

O capital social é formado por ações ordinárias. Quando a Companhia efetua compra de suas próprias ações (ações em tesouraria), o valor pago, incluindo quaisquer custos adicionais diretamente atribuíveis, é deduzido do patrimônio líquido atribuível aos acionistas até que as ações sejam canceladas ou revendidas. Quando essas ações são revendidas, qualquer valor recebido, líquido de quaisquer custos adicionais da transação, é incluído no patrimônio líquido atribuível aos acionistas da Companhia.

3.2.10 RECONHECIMENTO DE RECEITAS

(a) RECEITAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

As receitas de prestação de serviços compreendem o valor da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços prestados pela Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos.

(b) RECEITA DE JUROS E DIVIDENDOS RECEBIDOS

As receitas de juros de instrumentos financeiros são reconhecidas no resultado do exercício, segundo o método do custo amortizado e pela taxa efetiva de juros. Os juros cobrados sobre o parcelamento de prêmios de seguros são apropriados no resultado no mesmo prazo do recebimento.

As receitas de dividendos de investimentos em ativos financeiros representados por instrumentos de capital (ações) são reconhecidas no resultado quando o direito a receber o pagamento do dividendo é estabelecido.

3.2.11 DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS E JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO

A distribuição de dividendos e Juros sobre capital próprio (JCP) para os acionistas é reconhecida como um passivo, com base no estatuto social. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório (25%) somente é provisionado na data em que é aprovado pelos acionistas.

O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido no resultado do exercício. A taxa utilizada em seu cálculo é a Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) durante o período aplicável, conforme a legislação vigente.

3.2.12 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Os valores de imposto de renda e contribuição social incluem as despesas de impostos correntes e os efeitos dos tributos diferidos. Esses valores são reconhecidos no resultado do exercício, exceto para os efeitos tributários sobre itens que foram diretamente reconhecidos no patrimônio líquido; nesses casos, os efeitos tributários também são reconhecidos no patrimônio líquido. Os impostos são calculados com base em leis e regras tributárias vigentes na data de encerramento do exercício. No Brasil, o imposto de renda é calculado à alíquota-base de 15% mais adicional de 10% sobre o lucro real tributável acima de R\$ 240 mil por ano. A provisão para contribuição social é calculada à alíquota vigente de 9%. Os impostos e tributos diferidos são reconhecidos sobre diferenças temporárias originadas entre as bases tributárias de ativos e passivos e os valores contábeis respectivos desses ativos e passivos. Impostos diferidos ativos são reconhecidos no limite de que seja provável que lucros futuros tributáveis estejam disponíveis para a realização destes ativos e conforme suas expectativas de realizações.

4. USO DE ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS

A elaboração das demonstrações financeiras requer que a Administração use julgamento na determinação e no registro de estimativas contábeis. Os ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas envolvem, entre

Porto Saúde Participações S.A.

CNPJ/MF nº 46.573.272/0001-81

Sede: Avenida Rio Branco, 1.475 – Edifício Guaianazes – 8º andar – Sala 1 – Campos Elíseos – CEP: 01205-001 – São Paulo – SP



→ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

outros, a determinação: do valor justo de ativos e passivos financeiros, da realização dos tributos diferidos, das provisões e contingências para processos administrativos e judiciais e perdas esperadas associadas ao risco de crédito. A liquidação das transações que envolvem essas estimativas poderá ser efetuada por valores sensivelmente diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, considerados razoáveis para as circunstâncias. Não houve mudanças relevantes de critério na determinação das estimativas em relação às demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

4.1 CÁLCULO DE VALOR JUSTO E “IMPAIRMENT” DE ATIVOS FINANCEIROS

O valor justo de instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. A Companhia usa seu julgamento para escolher diversos métodos e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço. Aplicam-se regras de análise de “impairment” para os recebíveis, especialmente para as operações de crédito. Nesta área é aplicado alto grau de julgamento para determinar o nível de incerteza, associado com a realização dos fluxos contratuais estimados dos ativos financeiros. Nesse julgamento estão incluídos o tipo de contrato, segmento econômico, histórico de vencimento e outros fatores relevantes que possam afetar a constituição das perdas para “impairment”, conforme descrito na nota explicativa nº 3.2.3 .

4.2 AVALIAÇÃO DAS PROVISÕES DE PROCESSOS JUDICIAIS FISCAIS, CÍVEIS E TRABALHISTAS

O procedimento utilizado pela Administração para a construção das estimativas contábeis leva em consideração a assessoria jurídica de especialistas na área, a evolução dos processos, a situação e a instância de julgamento de cada caso específico.

4.3 CÁLCULO DE CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS

Tributos diferidos ativos são reconhecidos no limite de que seja provável que lucros futuros tributáveis estejam disponíveis. Essa é uma área que requer a utilização de julgamento da Administração da Companhia na determinação das estimativas futuras quanto à capacidade de geração de lucros futuros tributáveis, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

5. GESTÃO DE RISCOS

Em razão do grande número de negócios em que atua, o Grupo Porto está naturalmente exposto a uma série de riscos inerentes às suas atividades. Por esta razão, há necessidade de proteger suas operações e seus resultados financeiros, garantindo sua sustentabilidade econômica e a geração de valor compartilhado, os quais são altamente estratégicos para o Grupo.

Ao definir os riscos como quaisquer efeitos de incerteza nos seus objetivos, o Grupo Porto adota um processo formal de gerenciamento, que busca minimizar seus possíveis efeitos negativos e também maximizar as oportunidades por eles proporcionadas. A fim de desenvolver um modelo eficaz de gestão destes riscos, de forma alinhada às melhores práticas do mercado, o Grupo Porto dispõe de uma série de princípios, diretrizes, ações, papéis e responsabilidades, os quais são formalizados em políticas específicas. É por meio deles que a administração tem os meios necessários para identificar, avaliar, tratar e controlar os riscos.

A abordagem do Grupo Porto para se defender de potenciais riscos que determinam quais são os procedimentos e controles adequados a cada situação são compostos por três linhas:

- Unidades operacionais;
- Funções de controle; e
- Auditoria interna.

Adicionalmente, dados os requerimentos regulatórios e melhores práticas de Governança no que tange à gestão de riscos, o Grupo Porto possui o Comitê de Risco Integrado, o qual tem como objetivo revisar e aprovar e monitorar o Apetite ao Risco do Grupo, monitorar o apetite ao risco e propor planos de ação e diretrizes e avaliar o cumprimento das normas de gestão de risco.

Destaca-se que no exercício findo em 31 de dezembro de 2025, quando comparado com o exercício anterior 31 de dezembro de 2024, não houve mudanças relevantes nos riscos : (i) de liquidez, uma vez que as durações médias dos principais ativos e passivos da Companhia não sofreram alterações relevantes; e (ii) de seguros, pois as variações observadas decorrem do crescimento normal das operações do Grupo Porto.

A gestão de riscos financeiros e operacionais compreende as seguintes categorias, assim como os detalhes quanto às devidas exposições:

5.1 RISCO DE CRÉDITO

O risco de crédito caracteriza-se pela possibilidade de não cumprimento por determinada contraparte (pessoa física, jurídica ou governo) das obrigações relativas à liquidação de operações que envolvam ativos financeiros, empréstimos e financiamentos. Este risco é composto por:

(1) **Portfólio de Investimentos:** para o gerenciamento deste risco, a Companhia possui políticas e processos de monitoramento mensais para garantir que limites ou determinadas exposições não sejam excedidos. Para determinação dos limites são avaliados critérios que contemplam a capacidade financeira, assim como grau mínimo de risco (“rating”) “B” de acordo com metodologia de classificação própria, que segue processos de governança para avaliação e aprovação das operações, realizado pelo Comitê de Crédito.

	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
Risco soberano - Brasil	100,0%	99,9%
Outros.....	–	0,1%

5.2 RISCO DE LIQUIDEZ

O risco de liquidez é definido como a eventual não capacidade do cumprimento eficiente das suas obrigações financeiras, esperadas ou não, no momento em que forem devidas, seja pela escassez de ativos ou pela impossibilidade de realização tempestiva dos seus ativos. Neste sentido, a Companhia possui controles robustos com o objetivo de manutenção seus níveis de liquidez em patamares adequados. Para isto, são definidos limites de caixa mínimo, com base nas projeções dos fluxos de caixa de cada negócio/empresa. Como forma de complementar tais limites, são realizadas simulações de cenários (teste de estresses), assim como definição em política de plano de contingência de liquidez. Além do monitoramento diário do caixa de cada empresa, mensalmente é realizado Comitê de Capital e Liquidez, o qual possui a responsabilidade da manutenção da liquidez em prol dos objetivos estratégicos do Grupo Porto, em linha com os critérios e definições estabelecidos em política.

A tabela a seguir apresenta o fluxo de ativos e passivos da Companhia (i):

	Dezembro de 2025		Dezembro de 2024	
	Fluxo de ativos (ii)	Fluxo de passivos (iii)	Fluxo de ativos (ii)	Fluxo de passivos (iii)
À vista/sem vencimento.....	438.483	12.144	347.626	40
Fluxo de 1 a 30 dias	844.382	171.294	645.044	295.794
Fluxo de 2 a 6 meses	21.791	1.322.166	21.315	891.507
Fluxo de 7 a 12 meses	266.748	108.106	14.583	26.434
Fluxo acima de 1 ano	1.578.028	92.569	1.759.167	18.712
Total	3.149.432	1.706.279	2.787.736	1.232.488

(i) Fluxos de caixa estimados com base em julgamento da Administração, expiração do risco dos contratos de seguros e melhor expectativa quanto à data de liquidação de sinistros estimados. Esses fluxos foram estimados até a expectativa de pagamento e/ ou recebimento e não consideram os valores a receber vencidos. Os ativos e passivos financeiros pós-fixados foram distribuídos com base nos fluxos de caixa contratuais, e os saldos foram projetados utilizando-se curva de juros, taxas previstas do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) e taxas de câmbio divulgadas para períodos futuros em datas próximas ou equivalentes.

(ii) O fluxo de ativos considera equivalentes de caixa e ativos financeiros.

(iii) O fluxo de passivos considera os passivos de contratos de seguros relativos as parcelas registradas (ocorridos e a ocorrer).

5.3 RISCO DE MERCADO

O risco de mercado é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas devido a oscilações nos preços e taxas de mercado das posições mantidas em carteira. Visto o perfil dos negócios da Porto, sua maior exposição está relacionada ao risco de taxa de juros. Existem políticas que estabelecem limites, processos e ferramentas para efetiva gestão do risco de mercado.

	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
Prefixados.....	69,8%	29,2%
Inflação (IPCA/IGPM).....	25,2%	27,1%
Pós-fixados (SELIC/CDI).....	5,0%	43,7%

Entre os métodos utilizados na gestão, utiliza-se o teste de estresse da carteira de investimentos, considerando cenários históricos e de condições hipotéticas de mercado, sendo seus resultados utilizados no processo de planejamento e decisão de investimentos, identificação de riscos específicos originados nos ativos e passivos financeiros detidos pela Companhia assim como mitigação de riscos e entendimento do impacto sobre os resultados e o patrimônio líquido. Adicionalmente ao teste de estresse, são realizados acompanhamentos complementares, como análises de sensibilidade e “duration”, utilizados para isso cenários realísticos e plausíveis ao perfil e característica do portfólio. Segue o quadro demonstrativo da análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, em 31 de dezembro de 2025:

Fator de Risco	Cenário (i)	Impacto (ii)
	+ 50 b.p.	(50.316)
	+ 25 b.p.	(26.160)
	+ 10 b.p.	(10.719)
	- 10 b.p.	10.719
	- 25 b.p.	26.160
	- 50 b.p.	50.316
	+ 50 b.p.	(13.250)
	+ 25 b.p.	(6.820)
	+ 10 b.p.	(2.775)
Juros prefixados	- 10 b.p.	2.775
	- 25 b.p.	6.820
	- 50 b.p.	13.250
	+ 50 b.p.	(1.774)
	+ 25 b.p.	(1.478)
	+ 10 b.p.	(1.183)
Juros pós-fixados	- 10 b.p.	1.774
	- 25 b.p.	1.478
	- 50 b.p.	1.183

(i) B.P. = “basis points”. O cenário base utilizado é o cenário possível de “stress” para cada fator de risco, disponibilizado pela B3. (ii) Bruto de efeitos tributários. Ressalta-se que visto a capacidade de reação da Companhia, os impactos acima apresentados podem ser minimizados. Adicionalmente, a Companhia possui instrumentos derivativos que reduzem suas exposições aos riscos. Esta análise de sensibilidade demonstra a exposição da Companhia considerando o uso dos instrumentos derivativos utilizados como “hedge” das operações.

5.4 RISCO DE SEGURO/SUBSCRIÇÃO

O risco de subscrição é definido como a possibilidade de ocorrência de eventos que contrariem as expectativas e que possam comprometer significativamente o resultado das operações e o patrimônio líquido, incluindo falhas na precificação ou estimativas de provisionamento.

(a) **Risco de prêmio:** gerado a partir de uma possível insuficiência dos prêmios cobrados para fazer frente aos dispêndios financeiros com o pagamento das obrigações assumidas com os segurados. A Companhia desenvolve constantemente técnicas de análise e precificação do risco, utilizando-se de modelos estatísticos distintos para renovações e novos seguros, permitindo avaliar antecipadamente os resultados gerados em diversos cenários, que combinam níveis de preços, conversão de cotações e resultados, senão as decisões tomadas considerando o cenário que gera as melhores margens de produto.

(b) **Risco de provisão:** gerado a partir de uma possível insuficiência dos saldos das provisões constituídas para fazer frente aos dispêndios financeiros com o pagamento das obrigações perante os segurados. Para avaliação da aderência das premissas e metodologias utilizadas para dimensionamento das provisões técnicas, são realizados constantemente testes de aderência em diferentes datas-bases, que verificam a suficiência histórica das provisões constituídas, incluindo o TAP.

(c) **Risco de retenção:** gerado a partir da exposição a riscos individuais com valor em risco elevado, concentração de riscos ou ocorrência de eventos catastróficos. Essas exposições são monitoradas por meio de processos e modelos adequados, sendo contratadas proteções de resseguro de acordo com os limites de retenção por risco aprovados pela SUSEP, assim como limites internos, refletidos em política corporativa de cessão de riscos.

(d) **Risco de práticas de sinistros:** gerado a partir de regras e procedimentos inadequados para a regulação e liquidação de sinistros.

O principal risco da Companhia está relacionado aos modelos de prêmio de risco em seguro-saúde decorrente do potencial aumento nos custos dos tratamentos médicos durante o período de vigência dos contratos e o risco de ocorrência de eventos excepcionais de alto impacto (pandemias).

Em linha com as medidas de mitigação de riscos, os contratos são negociados com prestadores de serviços de saúde de forma a permitir uma moderação no aumento dos custos com os serviços de saúde. A rede referenciada está sujeita a monitoramento constante através de auditorias médicas, entrevistas e pesquisas com segurados.

Para os procedimentos de alta complexidade e internações, faz-se necessária a análise da equipe de auditoria médica. Essa equipe também revisa os procedimentos conduzidos por cada prestador de serviços de saúde com a finalidade de analisar a conformidade e a qualidade dos serviços prestados.

5.5 RISCO OPERACIONAL

O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. O risco legal também está contido no risco operacional e está associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela Companhia, bem como a sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas.

Na identificação dos eventos de riscos, são consideradas avaliações de eventos materializados e não materializados mas que possam vir a ocorrer, como avaliação de indicadores chaves de riscos geridos pelas áreas operacionais e de negócio, avaliações de fluxo do processo “Risk and Control Self Assessment” - RCSA, além da Base de Dados de Perdas Operacionais - BDPO, que apresenta informações abrangentes e detalhadas para a identificação da real dimensão de seu impacto sobre a Companhia, bem como para melhorar a confiabilidade nos mecanismos de gestão, controle e supervisão de solvência desse mercado.

A atividade de monitoramento e gerenciamento de risco operacional é executada de forma corporativa e centralizada, utilizando para isso processo formal para identificar os riscos e as oportunidades, estimar o impacto potencial desses eventos e fornecer métodos para tratar esses impactos. Uma das métricas de monitoramento são os “Key Risk Indicators” - KRI que tratam-se de indicadores chaves de risco operacional, os quais auxiliam na avaliação de ineficiências, indicando necessidade de ações de controle de eventos críticos por meio dos limites estabelecidos em comum acordo com as áreas de negócios e/ou o Comitê de Risco Integrado.

5.6 RISCOS SOCIAIS, AMBIENTAIS E CLIMÁTICOS

Os riscos sociais, ambientais e climáticos representam a possibilidade de impactos negativos para o Grupo Porto e seus stakeholders, decorrentes de fatores como violações de direitos e garantias fundamentais, degradação ambiental - incluindo o uso excessivo de recursos naturais - e eventos climáticos severos ou alterações ambientais de longo prazo, associados às mudanças no clima e à transição para uma economia de baixo carbono.

Em conformidade com os requisitos regulatórios estabelecidos, e em alinhamento aos princípios, diretrizes e responsabilidades do Grupo Porto a Companhia, adota práticas integradas de gestão de riscos em toda a holding. Por meio de sua governança nas participações, são implementados mecanismos de avaliação, monitoramento e mitigação dos riscos socioambientais e climáticos, de forma conectada à gestão dos demais riscos.

Para lidar com esses riscos, a Companhia implementou uma estratégia corporativa que contempla a identificação, mitigação e adaptação a tais impactos, alinhada ao princípio da dupla materialidade - reconhecendo que esses riscos afetam tanto o desempenho financeiro quanto a sociedade e o meio ambiente. A Porto se compromete a atuar de forma colaborativa com seus stakeholders, visando a proteção do bem-estar humano, do meio ambiente e do interesse público.

A Estrutura de Gestão de Riscos (EGR) considera a exposição de cada produto ou negócio, com o desenvolvimento de indicadores específicos para o monitoramento contínuo e captura de perdas associadas a esses riscos. Trata-se de um processo evolutivo, conduzido por meio de autoavaliações de risco, planos de ação e acompanhamento de indicadores-chave (KRIs).

6. GESTÃO DE CAPITAL

A estratégia na gestão de capital consiste em alocar o capital de maneira eficiente, gerando valor ao negócio e acionista, por meio da otimização do nível e fontes de capital disponíveis, garantindo a sustentabilidade do negócio no curto e longo prazo, incluindo em situações adversas, de acordo com os requerimentos regulatórios e de solvência.

O processo de avaliação e gerenciamento de capital é realizado com uma visão de negócio em um horizonte de 1 ano para as empresas operadoras, fundamentado em premissas de crescimento de negócios, fontes de capital, o ambiente regulatório e de negócios, metas de crescimento, distribuição de dividendos, entre outros indicadores-chave ao negócio. Adicionalmente, são realizadas projeções com base em cenários históricos ou situações que possam afetar significativamente o resultado do Grupo Porto, por meio de aplicação de testes de estresse e avaliação de seus impactos nos índices de capital.

Neste sentido, o Grupo Porto possui uma estrutura dedicada que atua de maneira ativa e prospectiva na gestão deste risco. O gerenciamento de capital é suportado por política específica de abrangência corporativa, a qual define princípios e diretrizes, metodologia, limites internos de suficiência, relatórios e periodicidade mínima de monitoramento, planos de contingência de capital e papéis e responsabilidade. O gerenciamento de capital é realizado pela Vice-Presidência Financeira, Controladoria e Investimentos, sendo monitorada de forma independente, quanto ao cumprimento dos requerimentos regulatórios e da política interna pela área de Gestão de Riscos Corporativos.

A suficiência de capital é avaliada conforme os critérios emitidos pela ANS. Neste sentido são avaliados os requerimentos de capital necessário para suportar os riscos inerentes, incluindo as parcelas de risco de crédito, mercado, operacional e subscrição. As parcelas de necessidades de capital, bem como a suficiência existente das controladas reguladas pela ANS, estão demonstradas abaixo:

	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
Patrimônio líquido.....	2.257.576	1.690.933
Despesas diferidas	(1.074.721)	(700.089)
Intangível	(80.157)	(68.221)
Despesas antecipadas	(1.389)	(1.666)
Patrimônio líquido ajustado	1.101.309	920.957
Capital base (I)	398	3.398
Capital baseado em risco (II).....	1.066.481	850.367
Capital regulatório (I + II)	1.066.879	853.765
Suficiência de capital	34.430	67.192

7. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO - CONSOLIDADO

Após uma análise das operações da Companhia e em conformidade com as normas contábeis aplicáveis, conclui-se que a Companhia opera em um único segmento de negócios relacionado à saúde. Esta determinação baseia-se na natureza homogênea dos serviços e produtos oferecidos, nos processos de produção, na distribuição e no perfil dos clientes atendidos pela Companhia.

8. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
Depósitos bancários.....	19	60	37.618	37.448
Equivalentes de caixa (*).....	–	–	363.050	262.179
	19	60	400.668	299.627

(*) Composto por operações compromissadas com vencimento em 1 dia lastreadas, principalmente, em Letras do Tesouro Nacional (LTNs) e Letras do Financeiras do Nacional (LFTs).

9. ATIVOS FINANCEIROS

9.1 APLICAÇÕES FINANCEIRAS MENSURADAS AO VALOR JUSTO POR MEIO DO RESULTADO

9.1.1 POR MEIO DO RESULTADO (VJR) - CONSOLIDADO

	Consolidado	
	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
Fundos exclusivos		
LTNs	840.671	–
LFTs	109.131	727.717
Cotas de fundos de investimentos.....	11.529	938
Debêntures - privadas	89	630
Letras financeiras - privadas	48	113
CDBs	–	13
Total - circulante	961.468	729.411

9.1.2 HIERARQUIA DE VALOR JUSTO - CONSOLIDADO

	Dezembro de 2025		Dezembro de 2024	
	Nível 1	Nível 2	Total	Total
Fundos exclusivos	961.331	137	961.468	729.411
Total - circulante	961.331	137	961.468	729.411

9.2 APLICAÇÕES FINANCEIRAS MENSURADAS AO CUSTO AMORTIZADO - CONSOLIDADO

	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
Fundos exclusivos		
NTNs - B.....	561.875	451.274
LTNs	352.070	223.047
Debêntures	2	–
Total	913.947	674.321
Circulante	258.637	–
Não circulante.....	655.310	674.321

O valor de mercado dos papéis em 31 de dezembro de 2025 é de R\$ 889.849 (R\$ 637.170 em 31 de dezembro de 2024).

9.3 APLICAÇÕES FINANCEIRAS - CONSOLIDADO - MOVIMENTAÇÃO (*)

	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
Saldo inicial.....	1.403.732	918.880
Aplicações	4.207.378	2.764.097
Rendimentos	261.426	132.964
Resgates	(3.997.121)	(2.412.209)
Saldo final	1.875.415	1.403.732
Circulante	1.220.105	729.411
Não circulante.....	655.310	674.321

(*) A movimentação das aplicações financeiras inclui as aplicações financeiras mensuradas a valor justo por meio do resultado e as aplicações financeiras mensuradas ao custo amortizado.

9.4 TAXAS DE JUROS CONTRATADAS - CONSOLIDADO

As principais taxas de juros médias anuais contratadas das aplicações financeiras estão apresentadas a seguir (em %):

	Consolidado	
	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
Equivalentes de caixa (*).....	14,88	12,13

Fundos exclusivos		
LTNs	13,13	12,81
NTNs - B - IPCA +	6,18	5,94
Debêntures (DI+)	1,77	1,92
LFTs (SELIC + Ágio/Deságio)	0,06	0,07

(*) Vide nota explicativa nº 8.

10. RECEBÍVEIS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - CONSOLIDADO

	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
Prestação de serviços médicos.....	19.803	18.531
Perda por redução ao valor recuperável dos ativos.....	(2.043)	(1.999)
	17.760	16.532

10.1 RECEBÍVEIS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - COMPOSIÇÃO QUANTO AOS VENCIMENTOS

	Dezembro de 2025		Dezembro de 2024	
	Prestação de serviços médicos	Redução de serviços médicos - ao valor recuperável	Prestação de serviços médicos	Redução de serviços médicos - ao valor recuperável
A vencer.....	14.741	–	14.741	–
De 1 a 30	2.434	–	2.434	–
De 31 a 60	331	–	331	–
De 61 a 90	211	–	211	–
De 91 a 120.....	126	(106)	20	(83)
De 121 a 180.....	650	(637)	13	(476)
De 181 a 365.....	1.310	(1.300)	10	(1.303)
	19.803	(2.043)	17.760	(1.999)

11. CUSTOS DE AQUISIÇÃO DIFERIDOS - CONSOLIDADO

	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
Saldo inicial.....	15.255	18.126
Constituição.....	–	5.580
Apropriação para despesa	(5.054)	(8.451)
Saldo final	10.201	15.255
Circulante	5.074	4.996
Não circulante.....	5.127	10.259

Porto Saúde Participações S.A.

CNPJ/MF nº 46.573.272/0001-81

Sede: Avenida Rio Branco, 1.475 – Edifício Guaianazes – 8º andar – Sala 1 – Campos Elíseos – CEP: 01205-001 – São Paulo – SP



→ continuação NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

12. TRIBUTOS

12.1 IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECUPERAR - CONSOLIDADO

	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
IRPJ	80.904	2.334
CSLL	46.943	795
INSS a recuperar	7.584	4.829
PIS e COFINS	3.748	4.709
Outros	4.687	457
	143.866	13.124

12.2 IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER - CONSOLIDADO

	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
PIS e COFINS	69.756	18.835
ISS	15.944	11.605
IRRF	56.048	6.357
INSS e FGTS	16.913	9.100
IRPJ	780	13.108
CSLL	346	6.943
Outros	6.750	2.225
	166.537	68.173

12.3 IMPOSTOS DIFERIDOS

12.3.1 ATIVO - CONSOLIDADO

	Dezembro de 2024	Constituição	Reversão/ Realização	Dezembro de 2025
IR e CS sobre prejuízo fiscal e base negativa	2.668	24.994	(25.789)	1.873
Diferenças temporárias decorrentes de:				
Provisão para obrigações legais	91.326	9.999	(75.558)	25.767
PIS e COFINS sobre PSL e IBNR	50.685	26.861	(9.523)	68.023
Provisão de participação de lucros	1.646	64.795	(27.453)	38.988
cíveis e trabalhistas	9.942	12.036	(8.947)	13.031
Provisão para riscos de créditos	6.208	21.615	(14.311)	13.512
IR e CS sobre IFRS 17	10.591	—	—	10.591
Lei do Bem	—	8.352	(8.352)	—
Outras provisões	4.013	10.126	(6.631)	7.508
	177.079	178.778	(176.564)	179.293
Compensação de ativo/passivo diferido (i)	(19.165)	—	—	(25.711)
	157.914	—	—	153.582

(i) O IRPJ e a CSLL diferidos ativos e passivos estão apresentados no balanço patrimonial compensados por empresa.

12.3.2 ESTIMATIVA DE REALIZAÇÃO - CONSOLIDADO

A estimativa de realização e o valor presente dos créditos tributários diferidos de diferenças temporárias (ativo) e prejuízo fiscal e base negativa de acordo com a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, com base no histórico de rentabilidade e em estudo técnico de viabilidade, é:

	2026	2027	2028	2029	2030	2031	2032	2033 em diante	Total
Saldo a ser realizado em	126.948	34.463	4.230	436	391	325	289	12.211	179.293

12.3.3 PASSIVO - CONSOLIDADO

	Dezembro de 2024	Constituição	Reversão/ Realização	Dezembro de 2025
IR e CS sobre PIS e COFINS diferidos	20.273	12.040	(5.126)	27.187
IR e CS sobre combinação de negócios	56	—	(56)	—
IR e CS sobre o IFRS 17	(1.984)	354	(870)	(2.500)
Outros	820	257	(53)	1.024
	19.165	12.651	(6.105)	25.711
Compensação de ativo/passivo diferido (i)	(19.165)	—	—	(25.711)
	—	—	—	—

(i) O IRPJ e a CSLL diferidos ativos e passivos estão apresentados no balanço patrimonial compensados por empresa.

12.4 CONCILIAÇÃO DA DESPESA DE IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO

	Controladora	
	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
Resultado antes do IRPJ e da CSLL (A).....	666.306	353.417
Alíquota vigente.....	34 %	34 %
IRPJ e CSLL (a taxa nominal) (B).....	(226.544)	(120.162)
Equivalência patrimonial.....	235.626	122.714
Juros sobre capital próprio.....	7.079	–
Outros.....	(16.161)	(2.552)
Total dos efeitos do IRPJ e da CSLL sobre as diferenças permanentes (C).....	226.544	120.162
Total de IRPJ e CSLL (D = B + C).....	–	–
Taxa efetiva (D/A).....	– %	– %

	Consolidado	
	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
Resultado antes do IRPJ e da CSLL (A)	932.825	583.402
Alíquota vigente	40 %	40 %
IRPJ e CSLL (a taxa nominal) (B)	(373.130)	(233.361)
Juros sobre capital próprio	120.500	—
Doações/incentivos	12.357	9.534
Depósitos judiciais	4.789	3.847
Inovação tecnológica	1.954	2.692
Participação nos lucros - administradores	(15.683)	(7.951)
Outros	(17.306)	(4.746)
Total dos efeitos do IRPJ e da CSLL sobre as diferenças permanentes (C)	106.611	3.376
Total de IRPJ e CSLL (D = B + C)	(266.519)	(229.985)
Taxa efetiva (D/A)	28,6 %	39,4 %

13. OUTROS ATIVOS

	Consolidado	
	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
Adiantamentos e outros créditos (i).....	153.268	85.563
Contas a receber - Fundação Itaú (ii).....	39.526	37.192
Contas a receber - Financeiro.....	25.985	1.675
Partes relacionadas.....	16.792	—
Apropriação de despesas.....	790	1.656
	236.361	126.086
Circulante.....	235.023	125.470
Não circulante.....	1.338	616

(i) Refere-se substancialmente a coparticipação saúde e sinistros a liquidar.

(ii) Refere-se ao montante a receber da Fundação Itaú decorrente das liquidações de sinistros realizadas pela Porto Saúde.

14. DEPÓSITOS JUDICIAIS - CONSOLIDADO

	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
PIS e COFINS	181.683	222.542
IRPJ e CSLL	54.154	1.152
Outros	9.121	3.646
	244.958	227.340

15. INVESTIMENTOS

As investidas indiretas, Porto Saúde e Portomed foram contabilizadas individualmente conforme as exigências regulatórias específicas da ANS. Em contrapartida, os dados financeiros incluídos nas informações trimestrais foram preparados de acordo com os padrões internacionais, especificamente a IFRS 17/CPC 50 - Contratos de Seguro, que proporciona uma base de comparação e análise uniforme para a avaliação de contratos de seguro.

15.1 PARTICIPAÇÕES EM CONTROLADAS - CONTROLADORA

	Saldo em 31 de dezembro de 2024	Aumento/ Equivalência patrimonial	Aumento/ redução de capital	Dividendos	Remuneração em ações	Outros resultados abrangentes	Saldo em 31 de dezembro de 2025
Porto Saúde Operações	1.673.674	673.717	117.950	(222.653)	3.488	(3.623)	2.242.553
Porto Saúde Serviços (i)	81.154	19.302	15.432	(17.293)	974	(464)	99.105
	1.754.828	693.019	133.382	(239.946)	4.462	(4.087)	2.341.658

(i) Aumento de capital referente ao acervo recebido decorrente da reorganização societária do Grupo Porto, vide detalhes na NE 1.1.

15.2 INFORMAÇÕES FINANCEIRAS RESUMIDAS DE CONTROLADAS

	Dezembro de 2025			
				Lucro líquido/ (prejuízo) do período
	Total de ativos	Total de passivos	Total de receitas (i)	
Porto Saúde.....	4.435.652	2.218.125	8.497.565	706.530
Portomed.....	32.812	13.112	32.523	(3.258)
Porto Odonto.....	504	—	46	(29)
Porto Saúde Operações (ii).....	2.271.972	29.419	13	(29.526)
Serviços Médicos (ii).....	57.072	10.038	73.394	8.720
Porto Saúde Serviços (ii).....	99.105	—	61	7.217
Porto Seguro Saúde Ocupacional.....	29.818	11.208	74.394	3.365
	6.926.935	2.281.902	8.677.996	693.019
	Dezembro de 2024			
				Lucro líquido/ (prejuízo) do período
	Total de ativos	Total de passivos	Total de receitas (i)	
Porto Saúde.....	3.360.844	1.696.685	6.535.634	341.435
Porto Saúde Operações (ii).....	1.754.613	80.940	—	(74)
Serviços Médicos (ii).....	92.175	7.943	72.466	11.339
Porto Saúde Serviços (ii).....	84.291	3.138	—	(1)
Porto Seguro Saúde Ocupacional.....	36.392	8.133	65.461	1.874
Portomed.....	8.320	1.294	2.094	(584)
Porto Odonto.....	533	—	67	(287)
	5.337.168	1.798.133	6.675.722	353.702

(i) Considera-se as receitas operacionais e financeiras.

(ii) Desconsidera-se a equivalência patrimonial.

15.3 PARTICIPAÇÕES EM COLIGADAS

	Dezembro de 2024	Reorganização societária	Equivalência patrimonial	Dezembro de 2025
Oncoclínicas	—	27.405	7.926	35.331
	—	27.405	7.926	35.331

Corresponde a participação minoritária de 40,0% na Onkos Oncologia, em linha a reorganização societária do Grupo Porto, vide detalhes na nota 1.1.

16. IMOBILIZADO - CONSOLIDADO

16.1 IMOBILIZADO - COMPOSIÇÃO

		Dezembro de 2025				Dezembro de 2024			
	Taxas de depreciação (% a.a.)	Custo	Depreciação acumulada	Saldo líquido	Custo	Depreciação acumulada	Saldo líquido		
Edificações	2,0	464.352	(35.337)	429.015	450.928	(26.701)	424.227		
Terrenos	—	99.184	—	99.184	90.903	—	90.903		
Veículos	20,0 a 25,0	370	(259)	111	370	(185)	185		
Móveis, máquinas e utensílios.....	10,0 a 50,0	5	(4)	1	5	(4)	1		
Equipamentos.....	10,0 a 14,3	—	—	—	49	(49)	—		
		563.911	(35.600)	528.311	542.255	(26.939)	515.316		

16.2 IMOBILIZADO - MOVIMENTAÇÃO

	Saldo líquido em 31 de dezembro de 2024	Aquisição	Baixas/ vendas	Despesas de depreciação	Saldo líquido em 31 de dezembro de 2025
Edificações	424.227	16.306	(2.534)	(8.984)	429.015
Terrenos	90.903	9.131	(850)	—	99.184
Veículos	185	—	—	(74)	111
Móveis, máquinas e utensílios	1	—	—	—	1
	515.316	25.437	(3.384)	(9.058)	528.311

17. INTANGÍVEL - CONSOLIDADO

17.1 INTANGÍVEL - COMPOSIÇÃO

		Dezembro de 2025			Dezembro de 2024		
	Taxas de amortização (% a.a.)	Custo	Amortização acumulada	Saldo líquido	Custo	Amortização acumulada	Saldo líquido
“Software”.....	6,67 a 20,0	135.299	(55.142)	80.157	118.934	(50.713)	68.221
Ágio na aquisição da Porto Seguro Saúde Ocupacional..		23.980	—	23.980	23.980	—	23.980
		159.279	(55.142)	104.137	142.914	(50.713)	92.201

17.2 INTANGÍVEL - MOVIMENTAÇÃO

	Saldo líquido em 31 de dezembro de 2024	Aquisições	Despesa de amortização	Saldo líquido em 31 de dezembro de 2025
“Software”	68.221	16.365	(4.429)	80.157
Ágio na aquisição de investimentos	23.980	—	—	23.980
	92.201	16.365	(4.429)	104.137

17.3 COMBINAÇÃO DE NEGÓCIOS - AVALIAÇÃO DO VALOR RECUPERÁVEL

A Administração anualmente realiza o cálculo do teste de recuperabilidade de ativos “impairment” referente aos saldos relacionados às empresas adquiridas e das marcas incluindo os ativos intangíveis dessas unidades geradoras de caixa.

Os valores recuperáveis de unidades geradoras de caixa (UGCs) foram avaliados pelo método valor em uso, que é calculado com base nos fluxos de caixa futuros estimados descontados a uma taxa de desconto antes de impostos que reflete o custo médio ponderado de capital para trazer esses fluxos de caixa ao valor presente líquido. Ao valor presente líquido é aplicada a taxa de perpetuidade utilizada para extrapolar o fluxo de caixa para um período acima de cinco anos.

Os fluxos de caixa derivam de projeções orçamentárias mais recentes aprovados pela Administração e elaborados para um período de cinco anos e dez anos. As projeções consideram as expectativas do mercado para as operações, utilização de julgamentos relacionadas à taxa de crescimento da receita e perpetuidade, estimativas de investimentos futuros (“Capex”) e capital de giro.

A tabela abaixo demonstra as principais premissas utilizadas nos cálculos no teste realizado pela Companhia:

	Taxa de desconto	Taxa de crescimento na perpetuidade	Taxa de desconto	Taxa de crescimento na perpetuidade
UGCs				
Porto Seguro Saúde Ocupacional	11,72%	3,50%	11,75%	3,50%

Com base nas análises efetuadas pela Administração, o valor recuperável é maior que seu valor contábil, portanto, não foi identificado a necessidade de constituição de perdas por redução ao valor recuperável dos saldos desses ativos no exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

18. CONTRATOS DE SEGUROS - CONSOLIDADO

Os saldos de contratos de seguros estão apresentados da seguinte forma por método de mensuração:

	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
Contratos de seguro	PAA	PAA
Saldo líquido de contratos de seguro	710.674	609.483
Ativos de contratos de seguro	699.169	450.230
Passivos de contratos de seguro	1.409.842	1.059.713

a) CONTRATOS DE SEGUROS - MOVIMENTAÇÃO

	Passivos por cobertura remanescente	Passivos por sinistros incorridos	Ativos para fluxos de caixa de aquisição de seguros (nota nº 18b)	Dezembro de 2025	
	Excluindo componente de perda	Estimativa de valor presente de fluxo de caixa futuro	Ajuste de risco para risco não financeiro	Total	
Movimentação dos Contratos de Seguro - PAA					
Saldo inicial no exercício.....	77.006	1.066.669	47.073	(581.265)	609.483
Receita de seguro.....	(8.202.759)	—	—	—	(8.202.759)
Despesas de serviço de seguro.....	588.943	6.304.401	8.013	—	6.901.357
Sinistros incorridos e outras despesas de serviços de seguro.....	33.822	6.304.401	(264.770)	—	6.073.453
Amortização de fluxos de caixa de aquisição de seguros.....	555.121	—	—	—	555.121
Ajustes de passivos por sinistros incorridos.....	—	—	272.783	—	272.783
Resultado do serviço de seguro.....	(7.613.816)	6.304.401	8.013	—	(1.301.402)
Resultado financeiro líquido de contratos de seguros.....	—	(13.737)	6.617	—	(7.120)
Mudanças totais na demonstração de lucros ou perdas e OCI.....	(7.613.816)	6.290.664	14.630	—	(1.308.522)
Prêmios recebidos.....	8.242.017	—	—	—	8.242.017
Sinistros e outras despesas de serviços de seguros pagas, incluindo componentes de investimento.....	—	(5.931.519)	—	—	(5.931.519)
Fluxos de caixa de aquisição de seguros.....	(411.598)	—	—	(489.188)	(900.786)
Fluxos de caixa totais.....	7.830.419	(5.931.519)	—	(489.188)	1.409.712
Transferência para outros itens na demonstração da posição financeira.....	(201.907)	—	—	201.907	—
Saldo final no exercício.....	91.702	1.425.814	61.703	(868.546)	710.673

Porto Saúde Participações S.A.

CNPJ/MF nº 46.573.272/0001-81

Sede: Avenida Rio Branco, 1.475 – Edifício Guaianazes – 8º andar – Sala 1 – Campos Elíseos – CEP: 01205-001 – São Paulo – SP



→ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Passivos por Cobertura Remanescente	Passivos por Sinistros Incorridos	Ativos para fluxos de caixa de aquisição de seguros (nota nº 18b)	Dezembro de 2024
	Excluindo componente de perda	Estimativa de valor presente de fluxo de caixa futuro	Ajuste de risco para risco não financeiro	Total
Movimentação dos Contratos de Seguro - PAA				
Saldo inicial no exercício.....	67.874	740.164	33.331	439.231
Receita de seguro.....	(6.398.196)	–	–	(6.398.196)
Despesas de serviço de seguro.....	496.575	4.979.309	10.079	5.485.963
Sinistros incorridos e outras despesas de serviços de seguro.....	4.896	4.979.309	(184.281)	4.799.924
Amortização de fluxos de caixa de aquisição de seguros.....	491.679	–	–	491.679
Ajustes de passivos por sinistros incorridos.....	–	–	194.360	194.360
Resultado do serviço de seguro.....	(5.901.621)	4.979.309	10.079	(912.233)
Resultado financeiro líquido de contratos de seguros.....	–	(8.650)	3.663	(4.987)
Mudanças totais na demonstração de lucros ou perdas e OCI.....	(5.901.621)	4.970.659	13.742	(917.220)
Prêmios recebidos.....	6.438.818	–	–	6.438.818
Sinistros e outras despesas de serviços de seguros pagas, incluindo componentes de investimento.....	(91)	(4.644.154)	–	(4.644.245)
Fluxos de caixa de aquisição de seguros.....	(256.517)	–	–	(450.584)
Fluxos de caixa totais.....	6.182.210	(4.644.154)	–	1.087.472
Transferência para outros itens na demonstração da posição financeira.....	(271.457)	–	–	271.457
Saldo final no exercício.....	77.006	1.066.669	47.073	609.483

	de 0 até 1 ano	de 1 até 5 anos	Total
Realização do Ativo de Fluxo de Caixa de Aquisição			
Ativo de Fluxo de Caixa de Aquisição - Dezembro de 2025.....	337.375	531.171	868.546
Ativo de Fluxo de Caixa de Aquisição - Dezembro de 2024.....	130.681	450.584	581.265

c) DESENVOLVIMENTO DE SINISTROS
A tabela a seguir apresenta o comportamento posteriores das provisões para sinistros da Companhia (em anos posteriores aos anos de constituição, em milhões), denominada tábua de desenvolvimento de sinistro e demonstra a consistência da política de provisionamento de sinistros da Companhia:

Montante de sinistros avisados	Dezembro										Total de sinistros avisados
até a data-base	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	
Até a data-base.....	770	843	978	1.122	1.127	1.596	2.270	2.992	4.263	6.131	6.131
Dois anos mais tarde.....	861	954	1.073	1.240	1.269	1.809	2.546	3.423	4.799	–	4.799
Três anos mais tarde.....	864	958	1.076	1.240	1.269	1.810	2.558	3.425	–	–	3.425
Quatro anos mais tarde.....	865	958	1.076	1.240	1.269	1.815	2.558	–	–	–	2.558
Cinco anos mais tarde.....	865	958	1.076	1.240	1.270	1.816	–	–	–	–	1.816
Seis anos mais tarde.....	865	958	1.076	1.241	1.270	–	–	–	–	–	1.270
Sete anos mais tarde.....	865	958	1.076	1.241	–	–	–	–	–	–	1.241
Oito anos mais tarde.....	865	958	1.076	–	–	–	–	–	–	–	1.076
Nove anos mais tarde.....	865	958	–	–	–	–	–	–	–	–	958
Dez anos mais tarde.....	865	–	–	–	–	–	–	–	–	–	865
Movimentações.....	865	958	1.076	1.241	1.270	1.816	2.558	3.425	4.799	6.131	24.139
Montante de sinistros pagos											
até a data-base	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	Total de sinistros pagos
Até a data-base.....	716	779	905	1.030	1.022	1.439	2.058	2.645	3.798	4.701	4.701
Dois anos mais tarde.....	861	954	1.073	1.239	1.267	1.808	2.545	3.410	4.778	–	4.778
Três anos mais tarde.....	864	958	1.076	1.240	1.269	1.810	2.557	3.421	–	–	3.421
Quatro anos mais tarde.....	865	958	1.076	1.240	1.269	1.815	2.558	–	–	–	2.558
Cinco anos mais tarde.....	865	958	1.076	1.240	1.270	1.816	–	–	–	–	1.816
Seis anos mais tarde.....	865	958	1.076	1.241	1.270	–	–	–	–	–	1.270
Sete anos mais tarde.....	865	958	1.076	1.241	–	–	–	–	–	–	1.241
Oito anos mais tarde.....	865	958	1.076	–	–	–	–	–	–	–	1.076
Nove anos mais tarde.....	865	958	–	–	–	–	–	–	–	–	958
Dez anos mais tarde.....	865	–	–	–	–	–	–	–	–	–	865
Pagamentos.....	865	958	1.076	1.241	1.270	1.816	2.558	3.421	4.778	4.701	22.684
Passivo em 31 de dezembro de 2025.....	–	–	–	–	–	–	–	4	21	1.430	1.455
Demais estimativas.....											8
Efeito do desconto.....											(37)
Ajuste ao risco.....											62
Passivo total.....											1.488

19. PROVISÕES JUDICIAIS - CONSOLIDADO

19.1 PROVÁVEIS

A Companhia é parte envolvida em processos judiciais, de natureza tributária, cível e trabalhista. As provisões decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela Administração, amparada pela opinião de seu departamento jurídico e de seus consultores legais externos. Contudo, existem incertezas na determinação da probabilidade de perda das ações, no valor esperado de saída de caixa e no prazo final dessas saídas.

	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
Fiscais (a).....	231.297	223.329
Cíveis.....	30.840	23.699
Trabalhistas.....	1.875	1.286
	264.012	248.314
Depósitos judiciais (*).....	(237.433)	(220.973)
Provisão líquida.....	26.579	27.341

(*) Refere-se ao saldo de depósitos judiciais atrelados aos saldos de provisão reconhecidos contabilmente.

(a) FISCAIS E PREVIDENCIÁRIOS

As ações judiciais de natureza fiscal (tributária), quando classificadas como obrigações legais, são objeto de constituição de provisão independentemente de sua probabilidade de perda. As demais ações judiciais fiscais são provisionadas, quando a classificação de risco de perda seja provável.

	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
COFINS.....	200.534	190.276
PIS.....	29.506	28.027
Outros.....	1.257	5.026
	231.297	223.329

(i) PIS

A Companhia possui ação judicial relativa à exigibilidade da contribuição ao PIS, com base na Lei nº 9.718/98, cuja contribuição passou a incidir sobre a receita bruta. Nesta ação foi apresentada petição de desistência relativa à parcela de prêmio, tendo em vista a decisão definitiva proferida no julgamento do Recurso Extraordinário 400.479. Aguarda-se conversão em renda da parcela relativa à prêmio, bem como levantamento das parcelas referentes às receitas financeiras.

(ii) COFINS

A Companhia possui ação judicial relativa à exigibilidade da contribuição ao COFINS, com base na Lei nº 9.718/98, cuja contribuição passou a incidir sobre a receita bruta. Nesta ação foi apresentada petição de desistência relativa à parcela de prêmio, tendo em vista a decisão definitiva proferida no julgamento do Recurso Extraordinário 400.479. Aguarda-se conversão em renda da parcela relativa à prêmio, bem como levantamento das parcelas referentes às receitas financeiras.

(iii) OUTROS

O saldo refere-se principalmente a exigência de Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e de Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) sobre as receitas de juros moratórios. Atualmente aguarda-se julgamento de recurso impetrado pela sociedade Porto Saúde.

(b) CÍVEIS

As ações de natureza cíveis referem-se a ações judiciais movidas por clientes ou terceiros contra as empresas do Grupo Porto Seguro para discutir questões envolvendo reparação de danos, cumprimento de obrigações, responsabilidade civil, entre outras. A probabilidade de perda é definida com base no pedido ou tema discutido na ação judicial e o prazo médio para o desfecho dessas ações é de 17 meses.

(c) TRABALHISTAS

As ações de natureza trabalhistas referem-se a ações movidas por ex-funcionários ou prestadores vinculados às empresas ou terceirizados. As demandas discutem pedidos como horas extras, verbas rescisórias, equiparação salarial, vínculo empregatício, entre outros. A probabilidade de perda é definida com base no pedido e o prazo médio para o desfecho dessas ações é de 22 meses.

19.1.1 PROVISÕES JUDICIAIS PROVÁVEIS - MOVIMENTAÇÃO

	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2024.....	223.329	1.286	23.699	248.314
Constituições.....	1.684	412	28.082	30.178
Êxito/reversões.....	(5.087)	(360)	(8.255)	(13.702)
Mudança de Estimativa.....	–	978	1.967	2.945
Pagamentos.....	–	(510)	(14.198)	(14.708)
Atualização monetária.....	11.371	69	(455)	10.985
Saldo em 31 de dezembro de 2025.....	231.297	1.875	30.840	264.012
(–) Depósitos judiciais (*).....	(235.836)	(92)	(1.505)	(237.433)
Provisão líquida em 31 de dezembro de 2025.....	(4.539)	1.783	29.335	26.579
Quantidade de processos.....	9	18	2.507	2.534

(*) Refere-se ao saldo de depósitos judiciais atrelados aos saldos de provisão reconhecidos contabilmente.

19.2 POSSÍVEIS

A Companhia é parte em outras ações de natureza tributária, cível e trabalhista que não são classificadas como obrigações legais e por serem classificadas com perda possível, não são provisionadas. Segue a composição destes processos por natureza:

	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
Fiscais (a).....	47.341	36.398
Cíveis.....	19.299	9.033
Trabalhistas.....	182	161
	66.822	45.592

(a) PROCESSOS FISCAIS

O risco total estimado dessas ações refere-se principalmente à: (i) questionamento da Receita Federal do Brasil quanto a não inclusão de determinadas receitas financeiras na base de cálculo do PIS e COFINS, com risco total estimado em R\$ 41.815 (R\$ 27.225 de possível impacto no lucro líquido).

20. OUTROS PASSIVOS

	Controladora	Consolidado
	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
Participações nos lucros.....	–	106.709
Débitos a pagar.....	–	94.744
Transações com partes relacionadas (i).....	284	25.364
Encargos trabalhistas.....	–	14.476
Depósitos de terceiros.....	–	5.185
Benefícios pós-emprego (ii).....	–	9.417
Outros.....	–	11.468
	284	267.363
Circulante.....	–	284
Não circulante.....	–	–
(i) Vide nota explicativa nº 30.		
(ii) Vide nota explicativa nº 31.2.		

21. PATRIMÔNIO LÍQUIDO - CONTROLADORA

(a) CAPITAL SOCIAL

Em 31 de dezembro de 2025, o capital social subscrito era de R\$ 1.755.814, sendo R\$ 1.750.814 integralizados e R\$ 5.000 a integralizar (R\$ 1.409.557 em 31 de dezembro de 2024), dividido em 1.450.056.509 ações (1.246.832.885 ações em 31 de dezembro de 2024) ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

As aprovações de aumento de capital realizadas nas Assembleias Gerais Ordinárias e Extraordinárias ocorridas no exercício foram as seguintes:

	Capital Social	Quantidade de Ações
30 de junho de 2025.....	81.000	50.678.466
31 de julho de 2025.....	5.000	3.118.240
29 de agosto de 2025.....	18.500	11.145.817
30 de setembro de 2025.....	4.000	2.360.983
30 de setembro de 2025 (i).....	44.796	26.440.752
31 de outubro de 2025.....	1.000	581.430
19 de novembro de 2025.....	350	198.444
28 de novembro de 2025.....	900	510.285
31 de dezembro de 2025 (ii).....	190.711	108.189.207
Total.....	346.257	203.223.624

(i) Aumento de capital realizado para aporte das ações emitidas na Porto Saúde Serviços, em decorrência da cisão ocorrida entre as empresas do Grupo Porto, vide detalhes na nota 1.1.

(ii) Origem do aumento de capital:

JCP*.....	179.711
Caixa.....	6.000
A integralizar.....	5.000
	190.711

(*) Para o montante integralizado via JCP, vide nota explicativa nº 21 (c).

(b) RESERVA DE LUCROS

As principais reservas de lucros estão demonstradas a seguir:

(i) RESERVA LEGAL

A reserva legal, constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício, tem por finalidade assegurar a integridade do capital social, em conformidade com o artigo 193 da Lei nº 6.404/76. Em 31 de dezembro de 2025 seu saldo era de R\$ 55.425 (R\$ 22.110 em 31 de dezembro de 2024).

(ii) RESERVAS ESTATUTÁRIAS

A reserva para manutenção de participações societárias tem como finalidade a compensação de eventuais prejuízos ou aumento do capital social, de modo a preservar a integridade do patrimônio social e a participação da Companhia em suas controladas e coligadas ou futura distribuição aos acionistas.

Poderá ser destinado a essa reserva, em cada exercício, o saldo remanescente do lucro líquido após a constituição da reserva legal e da distribuição do dividendo mínimo obrigatório, ressalvadas as hipóteses em que a Administração considere o montante dessa reserva suficiente para o atendimento de suas finalidades, casos em que, em determinado exercício, seja integral ou parcialmente, distribuído aos acionistas ou revertido para aumento de capital. O limite dessa reserva será o valor do capital social. Em 31 de dezembro de 2025, seu saldo era de R\$ 516.394 (R\$ 304.036 em 31 de dezembro de 2024).

(c) DIVIDENDOS E JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO

De acordo com o estatuto social, são assegurados aos acionistas dividendos mínimos obrigatórios de 25%, calculados sobre o lucro líquido do exercício ajustado. O pagamento dos dividendos obrigatórios poderá ser limitado ao montante do lucro líquido que tiver sido realizado nos termos da lei. O pagamento de juros sobre capital próprio - JCP (líquido dos efeitos tributários) é imputado aos dividendos mínimos obrigatórios. A provisão relacionada a qualquer valor acima do mínimo obrigatório será constituída na data em que for aprovada, antes disso será mantida no patrimônio líquido, conforme apresentado na demonstração das mutações do patrimônio líquido.

Em 2025, a Administração da Companhia aprovou, em Assembleias, a distribuição de dividendos e todos os valores foram integralmente pagos na data de suas respectivas aprovações.

No período também foram aprovados e pagos JCP, conforme detalhamento abaixo:

	Valor Aprovado
Dividendos (reserva estatutária).....	28.971
27 de fevereiro de 2025.....	12.591
10 de outubro de 2025.....	41.562
Total.....	149.883
JCP (reserva estatutária).....	149.824
28 de dezembro de 2025.....	149.824
JCP (lucro do exercício 2025).....	50.000
29 de dezembro de 2025.....	29.364
Total.....	79.364

Os dividendos mínimos obrigatórios foram calculados como segue:

	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
Lucro líquido do exercício.....	666.306	353.417
(–) Reserva legal -5%.....	(33.315)	(17.671)
Lucro básico para determinação de dividendo.....	632.991	335.746
Dividendos mínimos obrigatórios -25%.....	158.248	83.937
JCP distribuído - líquido (*) (a).....	127.350	–
Dividendos distribuídos (b).....	79.364	–
Total de dividendos e JCP distribuídos (a) + (b).....	206.714	83.937
Total por ação (R\$).....	0,1609	0,0752
Quantidade de ações.....	1.284.543	1.116.527

(*) Valores líquidos de impostos.

(d) REMUNERAÇÃO EM AÇÕES

Embora a Companhia não possua atualmente plano de remuneração em ações de sua própria emissão, os administradores e empregados da Companhia e de suas controladas são elegíveis ao plano de remuneração em ações ("Plano") aprovado no âmbito da Porto Seguro S.A. ("PSSA"), que é a controladora da Companhia. O Plano estabelece as regras aplicáveis à atribuição de ações de emissão da PSSA a administradores e empregados da Porto e/ou de suas controladas e coligadas, direta ou indiretamente, dentre as quais se incluem a Companhia e suas controladas.

O Plano tem por objetivos promover: (i) o alinhamento de longo prazo entre os interesses dos beneficiários, dos acionistas, da Porto e de suas investidas; (ii) o comprometimento, por parte dos administradores e dos empregados, com a obtenção de resultados sustentáveis para a Porto e para as suas investidas; (iii) a criação de valor para os acionistas; e (iv) o crescimento das empresas do Grupo Porto.

Os termos e condições previstos no Plano foram especificados e complementados em programas aprovados pelo Conselho de Administração da Porto, quais sejam: (1) Remuneração Anual em Ações, referentes ao pagamento de parte da remuneração variável anual dos beneficiários; (2) Bonificação Adicional, referente ao pagamento de remuneração variável aos beneficiários, de acordo com o atingimento de metas de clientes e negócios do Grupo Porto; (3) Mega Grant, referente ao pagamento de remuneração variável aos beneficiários, de acordo com o atingimento de metas de clientes e negócios do Grupo Porto; e (4) Porto em Ação, referente ao pagamento de remuneração variável aos beneficiários, de acordo com o atingimento de metas de clientes e negócios do Grupo Porto.

A liquidação dos pagamentos devidos aos beneficiários do Plano ocorre mediante a entrega de ações emitidas pela Porto mantidas em tesouraria. O cálculo do preço das ações deverá considerar a média do preço de cotação de fechamento das ações da Porto, ponderado pelo volume diário de negociação, nos últimos 30 (trinta) pregões anteriores à data de atribuição aos beneficiários, nos termos do Plano, conforme atualizado, e de seus programas.

A movimentação do plano de remuneração em ações está demonstrada a seguir:

	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
Saldo inicial.....	16.593	10.640
Diferimento do período.....	21.393	15.014
Ações canceladas, outorgadas ou perda de direito.....	(16.931)	(9.061)
Saldo final.....	21.055	16.593
Valor de mercado médio ponderado.....	40,71	33,09
	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
Saldo inicial.....	523	453
Diferimento do período.....	429	415
Ações canceladas, outorgadas ou perda de direito.....	(485)	(345)
Saldo final.....	467	523

continua →

Porto Saúde Participações S.A.

CNPJ/MF nº 46.573.272/0001-81

Sede: Avenida Rio Branco, 1.475 – Edifício Guaianazes – 8º andar – Sala 1 – Campos Elíseos – CEP: 01205-001 – São Paulo – SP



→ continuação NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

22. RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS DE CONTRATOS DE SEGUROS - CONSOLIDADO

	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
Resultado dos contratos de seguro - PAA		
Alocação de prêmio.....	8.202.759	6.398.196
Receita de seguro.....	8.202.759	6.398.196
Despesas com seguro	(6.346.236)	(4.994.284)
Sinistros incorridos e outras despesas de serviço de seguro incorridas	(6.073.453)	(4.799.924)
Alterações relacionadas ao serviço passado - ajuste aos sinistros incorridos	(272.783)	(194.360)
Fluxos de caixa de aquisição de seguros	(555.121)	(491.679)
Despesas de aquisição	(555.121)	(491.679)
Despesas totais de serviço de seguro	(6.901.357)	(5.485.963)
Resultado líquido dos contratos de seguro - PAA	1.301.402	912.233

	Consolidado Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
Receita de serviços	154.408	144.767
PIS/COFINS	(7.406)	(6.989)
ISS	(4.173)	(3.811)
	142.829	133.967

24. DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	Consolidado Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
Pessoal e benefícios pós-emprego	(196.050)	(155.135)
Despesas recuperadas (i)	(179.052)	(143.044)
Participação nos lucros	(105.227)	(56.552)
Serviços de terceiros	(86.823)	(72.181)
Localização e funcionamento	(29.162)	(25.498)
Donativos e contribuições	(13.445)	(7.259)
Publicidade	(267)	(252)
Outras	(7.764)	(6.099)
	(617.790)	(466.020)

(i) Referem-se a rateio e repasses de gastos com recursos de uso comum pelas empresas do Grupo Porto.

25. DESPESAS COM TRIBUTOS - CONSOLIDADO

	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
COFINS	(125.375)	(60.965)
PIS	(22.817)	(9.921)
ISS	(625)	(19)
Outros	(410)	(1.530)
	(149.227)	(72.435)

	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
Serviços de terceiros	(23.372)	(21.113)
Salários e encargos	(21.081)	(16.057)
Outros	(8.580)	(7.918)
	(53.033)	(45.088)

27. OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS - CONSOLIDADO

	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
Cobranças e adm. de apólices e contratos	(60.851)	(7.713)
Encargos sociais de operações com seguros	(30.752)	(63.255)
Provisão para contingências	(7.697)	(6.933)
Provisão para devedores duvidosos (i)	7.578	(7.263)
Outras	(47)	(1.353)
	(91.769)	(86.517)

(i) Refere-se, principalmente, à reversão de provisão para devedores duvidosos decorrente do cancelamento de faturas antigas.

28. RECEITAS FINANCEIRAS - CONSOLIDADO

	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
Apropriação e ajuste ao valor justo de instrumentos financeiros	261.977	133.907
Atualização monetária e juros	21.035	–
Descontos obtidos	15.416	–
Receitas de contrato de seguros emitidos	11.618	–
Outras	19.727	17.172
	329.773	151.079

29. DESPESAS FINANCEIRAS - CONSOLIDADO

	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
Despesas com atualização monetária e juros	(11.867)	(943)
Ajuste ao valor justo de instrumentos financeiros	(551)	(89)
Despesas com contratos de seguros emitidos	(1)	(2.096)
Outras	(13.763)	(15.253)
	(26.182)	(18.381)

30. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS - CONSOLIDADO

As operações realizadas entre partes relacionadas são efetuadas a valores, prazos e taxas médias compatíveis às praticadas com terceiros, quando existentes, vigentes nas respectivas datas.

As principais transações entre partes relacionadas estão apresentadas abaixo:

(i) Serviços do seguro saúde e serviços de apoio a gestão de saúde prestados pela ligada Porto Saúde, Portomed e Porto Seguro Saúde Ocupacional;

(ii) Serviços de administração e gestão de carteiras pela Porto Asset Management e Porto Gestora;

(iii) Serviços de “call center” contratados da Porto Atendimento;

(iv) Repasse de despesas e serviços compartilhados, conforme grade de rateio e/ou utilização de estrutura física e “headcount” entre elas; e

(v) Reembolso de despesas com manutenção de imóveis e indenização por vacância no contrato de venda de imóveis com a Porto S.A..

Os valores das transações com partes relacionadas estão demonstrados a seguir:

	Ativo Dezembro de 2025	Dezembro de 2024	Passivo Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
Porto Serviços e Comércio	16.687	–	–	–
Porto Cia.....	105	–	25.364	17.379
Porto Seguro S.A.	–	–	–	–
	16.792	–	25.364	18.101

	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
Porto Cia.....	161.745	150.007
Porto Atendimento.....	39.689	34.928
Crediporto.....	10.773	691
CDF S.A. (ii).....	8.740	2.046
Portoseg.....	7.790	5.792
Porto Serviço.....	5.060	–
Azul Seguros.....	3.960	2.510
Porto Consórcio.....	2.422	10.239
Renova.....	1.083	320
Porto Seguro Gestora de Recursos	873	281
Porto Vida e Previdência	771	966
Porto Asset Management	745	1.176
Mobiletech/Porto Serviço Negócios (i)	737	1.088
Itaú Auto e Residência	659	690
Porto Assistência Participações (ii)	541	160
Portopar	370	287
Porto Serviços e Comércio.....	313	228
Porto Capitalização	65	58
CDF Ltda. (ii)	–	2.438
Porto Assistência (ii)	–	588
Renova Peças Novas	–	528
	246.336	215.021

	Despesas Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
Controladora		
Porto Saúde Participações	–	(284)
Controladas diretas e indiretas.....		
Porto Cia.....	(234.622)	(187.862)
Porto Atendimento.....	(31.637)	(23.687)
Porto S.A.	(4.304)	(11.923)
Porto Seguro Gestora de Recursos	(2.570)	(595)
Azul Seguros.....	(1)	–
Porto Asset Management	–	(338)
	(273.134)	(224.689)

(i) A partir de 2025, a empresa anteriormente denominada Mobiletech Locadora de Veículos S.A. passou a adotar a nova razão social Porto Serviço Negócios S.A..

(ii) A Porto Assistência e a CDF Ltda. foram incorporadas pela CDF S.A. em fevereiro e agosto de 2024 respectivamente. Em Outubro de 2025 a Porto Assistência Participações junto com a CDF S.A. foram incorporadas na Porto Serviço S.A..

Em Dezembro de 2025 houve cessão de direitos creditórios sem cobrigação, decorrente dos serviços prestados pela Unidade de Oncologia Clínica e Pediátrica, Oncoclínicas Rio de Janeiro, Instituto Oncológico de Ribeirão Preto e Centro Paulista de Oncologia, aos segurados da Porto Saúde, como meio de pagamento para a transação realizada com a Portoseg no valor de R\$ 49.205.

CONSELHO DA ADMINISTRAÇÃO

PAULO SÉRGIO KAKINOFF
Presidente do Conselho de Administração

SAMI FOGUEL
Conselheiro

BRUNO CAMPOS GARFINKEL
Vice-Presidente do Conselho de Administração

BRUNO LEMOS FERRARI
Conselheiro

CELSO DAMADI
Conselheiro

ROBERTO DE SOUZA SANTOS
Conselheiro

DIRETORIA

SAMI FOGUEL
Diretor Presidente

ADRIANA PEREIRA CARVALHO SIMÕES
Diretora Executiva Jurídica

CELSO DAMADI
Diretor Vice-Presidente - Financeiro, Controladoria e Investimentos

RAFAEL VENEZIANI KOZMA
Diretor de Controladoria

EMILIO BENTANCOURT
Diretor Executivo de Riscos e Governança

LUIZ VICENTE GUARANHA LAPENTA
Diretor de Precificação

DOMINGOS DE TOLEDO PIZA FALAVINA
Diretor Executivo de Relações com Investidores

HAMILTON APARECIDO CARDOMINGO
Diretor de Operações

DANIELE GOMES YOSHIDA - Contadora - CRC 1SP 255783/O-1

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

À Diretoria e Conselho de Administração da
Porto Saúde Participações S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Porto Saúde Participações S.A. (“Companhia”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia em 31 de dezembro de 2025, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias das demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”, incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia.

Estimativa dos contratos de seguros mensuradas sob o Premium Allocation Approach (PAA)

Conforme divulgado nas notas explicativas nºs 3.1 e 18, em 31 de dezembro de 2025, a Companhia, por meio de suas controladas, registrou ativos e passivos de contratos de seguros no montante no montante de, respectivamente, R\$ 699.169 mil e R\$ 1.409.842 mil. Conforme descrito nas referidas notas explicativas, esse montante inclui tanto o passivo por sinistros incorridos (LIC), que reflete estimativas atuais de fluxos de caixa futuros, taxas de desconto e estimativas de ajuste de risco para risco não financeiro, quanto o passivo de cobertura remanescente (LRC). O montante do passivo de cobertura remanescente é composto pelo cálculo do método PAA, bem como pelo ativo para fluxo de caixa de aquisição de seguros.

O passivo por contratos de seguros inclui a estimativa dos sinistros ocorridos e não avisados - PEONA, sendo um processo complexo, o qual aplica métodos atuariais e estatísticos sobre dados históricos e padrões que exigem o uso de estimativas e julgamentos. Isso requer o uso de fórmulas complexas e ferramentas computacionais que podem estar configuradas incorretamente, e para as quais dados de entrada imprecisos ou incompletos podem ser utilizados. As técnicas de projeção também consideram riscos emergentes, que podem ter um impacto significativo na determinação dos custos finais de liquidação, mas onde a experiência disponível é limitada, incluindo incertezas em torno de litígios de sinistros, pontualidade na comunicação de sinistros e inflação.

Como parte do processo de determinação dos valores relativos a esses contratos de seguros, é requerido julgamento profissional da diretoria na seleção das metodologias de cálculo e das premissas, tais como: classificação dos contratos, taxas de retenção, custo de aquisição e manutenção, sinistralidade esperada e glosas, desenvolvimento histórico de sinistros, taxas de desconto, fatores de risco dos sinistros judiciais, entre outros. Em decorrência da subjetividade e alto grau de julgamento profissional da administração, classificamos os contratos de seguros como um principal assunto de auditoria.

30.1 TRANSAÇÕES COM PESSOAL-CHAVE

As transações com pessoal-chave da Administração referem-se aos valores reconhecidos no resultado do exercício a título de participação nos lucros, honorários e encargos a diretores, conforme demonstrado a seguir:

	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
Participação nos lucros - administradores.....	(40.431)	(25.713)
Honorários e encargos	(6.276)	(6.711)
	(46.707)	(32.424)

31. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS - CONSOLIDADO

31.1 PLANO DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

Determinadas controladas do Grupo Porto patrocinam 2 planos de previdência complementar para seus funcionários, sendo um na modalidade de contribuição variável e outro de contribuição definida. Estes planos seguem os critérios da CPC 33 - Benefícios aos empregados, por meio da PortoPrev - Porto Seguro Previdência Complementar, entidade fechada de previdência complementar sem fins lucrativos.

Em ambos termos do regulamento desses planos, os principais recursos são representados por contribuições de suas patrocinadoras e participantes e pelos rendimentos resultantes das aplicações desses recursos em investimentos.

• Plano PORTOPREV (CV), que foi instituído em 01 de outubro de 1994 e na data de 24 de setembro de 2015, foi aprovada a alteração regulamentar, pela PREVIC - Superintendência Nacional de Previdência Complementar, a qual estabeleceu o encerramento das inscrições de novos participantes a este Plano. As contribuições efetuadas pelos participantes variam entre 1% e 6% do salário de cada participante, e a contribuição da patrocinadora corresponde a 100% do valor de contribuição do participante; e

• PORTOPREV II (CD), que foi instituído em 24 de setembro de 2015 para os funcionários que não se inscreveram ao Plano PORTOPREV antes de 24 de setembro de 2015, ou que foram admitidos a partir desta data. As contribuições efetuadas pelos participantes variam entre 1% e 8% do salário de cada participante, e a contribuição da patrocinadora corresponde a 100% do valor de contribuição do participante.

Em 31 de dezembro de 2025, os planos contavam com cerca de 422 participantes. As despesas das controladas da Companhia com contribuições ao plano foram de R\$ 2.206 em 31 de dezembro de 2025.

31.2 BENEFÍCIO PÓS-EMPREGO

A movimentação das obrigações com benefícios pós-emprego é demonstrada a seguir:

	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
Valor presente da obrigação atuarial no início do exercício	6.421	7.124
Custo dos benefícios	371	430
Custo de juros	937	718
Benefícios pagos	(546)	(1.411)
Ganho atuarial sobre a obrigação	1.884	(1.207)
Outros	350	766
Saldo final do passivo.....	9.417	6.420

As premissas atuariais utilizadas são revisadas anualmente. As principais premissas usadas, em 31 de dezembro de 2025, foram as seguintes:

	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
Taxa média de desconto das obrigações (a.a.).....	7,62%	7,74%
Taxa de crescimento salarial (a.a.).....	1,00%	1,00%
Inflação econômica (a.a.)	4,17%	4,10%
Inflação médica (a.a.)	4,00%	4,00%
Taxa de variação dos saldos de FGTS (a.a.) - nominal	4,17%	4,10%

32. RESULTADO POR AÇÃO - CONTROLADORA

O resultado por ação básico da Companhia é calculado pela divisão do lucro atribuível aos acionistas pela média ponderada da quantidade de ações emitidas durante o período.

A Companhia não dispõe de instrumentos financeiros conversíveis em ações próprias ou transações que gerassem efeito dilutivo ou antidilutivo (conforme definido pelo CPC 41- Resultado por Ação) sobre o lucro por ação do período. Dessa forma, o resultado por ação básico que foi apurado para o período é igual ao resultado por ação diluído, conforme demonstrado a seguir:

	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
Lucro atribuível aos acionistas da Companhia.....	666.306	353.417
Média ponderada do número de ações durante o período	1.284.543	1.116.527
Resultado por ação básico e diluído	0,5187	0,3165

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) entendimentos dos controles relevantes; (ii) reconciliação dos registros contábeis com os controles operacionais; (iii) a utilização de especialistas atuários para nos auxiliar na avaliação e teste dos modelos atuariais utilizados na mensuração dos passivos dos contratos de seguros firmados pela Companhia; (iv) a avaliação da razoabilidade das premissas e metodologias utilizadas pela diretoria da Companhia; (v) a validação das informações utilizadas nos cálculos dos passivos dos contratos de seguros; (vi) a realização de cálculos independentes sensibilizando algumas das principais premissas utilizadas; (vii) testes documentais, mediante amostra dos sinistros quanto da sua existência e adequado registro contábil; e (viii) revisão da adequação das divulgações incluídas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Baseados no resultado de nossos procedimentos de auditoria efetuados sobre o saldo dos ativos e passivos dos contratos de seguros constituídos pelas controladas da Companhia, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que as metodologias, premissas e respectivos cálculos efetuados para a determinação dos passivos por sinistros incorridos, assim como as respectivas divulgações nas notas explicativas, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Investimentos - Participações em controladas

Conforme descrito nas notas explicativas 1 e 15 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Companhia possui influência significativa nas controladas descritas nas referidas notas, e registra seu investimento utilizando o método de equivalência patrimonial. Em 31 de dezembro de 2025, o investimento da Companhia nas suas controladas totalizava R\$ 2.341.658 mil, e resultado de equivalência patrimonial de R\$ 693.019 mil, no exercício findo nessa data.

Considerando que reconhecimento dos investimentos em controladas é uma área importante e significativa na Companhia, determinamos essa como uma área de foco em nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, (i) leitura dos atos societários, contratos e regulamentos das controladas, confirmando a relação societária e influência significativa exercida pela Companhia nessas controladas; (ii) trabalhos de auditoria nas controladas para fins de validação dos investimentos registrados; (iii) revisão dos ajustes contábeis para homogeneização às políticas contábeis adotadas pela Companhia; (iv) testes de exatidão matemática entre os patrimônios das controladas e os registrados na Companhia e (v) avaliação da

Porto Saúde Participações S.A.

CNPJ/MF nº 46.573.272/0001-81

Sede: Avenida Rio Branco, 1.475 – Edifício Guaianazes – 8º andar – Sala 1 – Campos Elíseos – CEP: 01205-001 – São Paulo – SP



→ continuação

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

adequação das informações divulgadas nas notas explicativas às demonstrações financeiras demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Baseados no resultado de nossos procedimentos de auditoria efetuados sobre investimentos, consideramos que o registro, documentações e respectivos cálculos efetuados para a determinação dos respectivos saldos de investimentos, assim como as respectivas divulgações nas notas explicativas, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Ambiente de tecnologia da informação

A Companhia é dependente de estrutura de tecnologia para registro e processamento de transações de suas operações e, consequentemente, elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Para a operacionalização de seus negócios, são utilizados diversos sistemas aplicativos para o registro e processamento de informações em complexo ambiente tecnológico, requerendo relevantes investimentos em ferramentas, processos e controles para a adequada manutenção e desenvolvimento de sistemas de segurança. Uma vez que a avaliação da efetividade do ambiente de tecnologia da informação é determinante no processo de auditoria para a definição da abordagem pretendida necessária, tal avaliação foi considerada uma área de foco em nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto:

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o envolvimento de nossos auditores especialistas em ambientes de tecnologia para nos auxiliar na avaliação de riscos significativos relacionados ao tema, bem como na execução de procedimentos para avaliação do desenho e eficácia operacional dos controles gerais de tecnologia para os sistemas considerados relevantes no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, com foco nos processos de gestão de mudanças, concessão e revisão de acessos a sistemas. Também realizamos procedimentos para avaliar o desenho e a efetividade de controles do ambiente de tecnologia da informação considerados relevantes e que suportam os principais processos de negócio e os registros contábeis das transações da Companhia. Por fim, realizamos testes para avaliar os processos de gerenciamento de acessos, gerenciamento de mudanças e operações de tecnologia dos sistemas ligados às rotinas contábeis consideradas relevantes.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, nossos testes sobre o desenho e operação dos controles gerais de tecnologia da informação considerados relevantes para os procedimentos de auditoria efetuados forneceram base para que pudéssemos continuar com a natureza, época e extensão planejadas de nossos procedimentos substantivos de auditoria.

Demonstrações do valor adicionado:

As demonstrações individuais e consolidadas do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaboradas sob a responsabilidade da diretoria da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações individuais e consolidadas estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado individuais e consolidadas foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras individuais e consolidados ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como “normas contábeis IFRS”), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras individuais e consolidadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

· Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos,

bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

· Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.

· Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.

· Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

· Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

· Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com os requisitos éticos pertinentes de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as ações tomadas para eliminar as ameaças ou as salvaguardas aplicadas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 28 de janeiro de 2026.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC-SP034519/O
Diana Yukie Naki dos Santos
Contadora - CRC-SP300514/O







Seguro Saúde:

Um ecossistema completo de soluções.



Time Médico
Porto Saúde



Seu Clínico e
Seu Pediatra
na Hora



Rede
preferencial
de parceiros



Saúde
Ocupacional



Seguro
de Vida



Seguro
Odontológico



ANS - nº 00058-2

O porto seguro para a
saúde da sua empresa.